

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALAIR MARTENDAL

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALAIR MARTENDAL

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Eleonora Milano Falcão Vieira, Dra.

Co-orientadora: Prof^ª. Vivian Osmari Uhlmann, Mestre.

FLORIANÓPOLIS

2011

ALAIR MARTENDAL

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo (a) professor (a) orientador (a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 27 de junho de 2011.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professora Eleonora Milano Falcão Vieira, Dra.
Orientadora

Professora Vivian Osmari Uhlmann, Mestre.
Co-orientadora

Professora Elisete Dahmer Pfitscher, Dra.
Membro

Dedico este trabalho à minha família e amigos, em especial ao meu marido Eduardo e meus filhos Arthur e Lucas, pois sem eles o alcance deste objetivo não faria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela constante proteção e inspiração nesta jornada da vida e no decurso desta graduação.

Ao Eduardo, meu esposo, companheiro e colaborador deste trabalho e de todas as fases da formação acadêmica, pelo apoio, amor, paciência e dedicação para me ajudar com as horas de estudo e compreender as ausências necessárias.

Ao meu filho Arthur, que sentiu muitas vezes as minhas faltas e ainda assim, sempre me recompensou com muito carinho e amor.

À minha família, a minha gratidão pelo apoio e incentivo para a minha realização pessoal da formação acadêmica e de caráter ético.

Aos meus pais (*in memoriam*) pelo amor e cuidados com minha educação como pessoa, pelos exemplos de conduta ética e pelo gosto pela leitura, fatores que me influenciam sempre e fizeram a diferença nesta busca de aperfeiçoamento profissional.

À professora Eleonora por aceitar me orientar, pelo apoio e gentileza em dirimir minhas dúvidas sempre de maneira simpática.

À professora Vivian, por me co-orientar neste trabalho, pela paciência, apoio, e por dividir comigo seus conhecimentos, sempre muito atenciosa e gentil.

À professora Elisete Dahmer Pfitscher por aceitar fazer parte da banca examinadora, com especial dedicação, contribuindo com o aprimoramento de minha formação.

Agradeço a todos os contadores que colaboraram respondendo ao questionário, pelo apoio fornecido que permitiu a realização deste estudo.

Por fim, a todos que de uma forma ou de outra, colaboraram com a elaboração desta monografia, em diversos momentos, o meu agradecimento. Obrigada a todos!

“A terra não pertence ao homem; é o homem que pertence à terra. Disto temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une a família. Tudo está relacionado entre si. O que fere a terra fere também os filhos da terra. Não foi o homem que teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará”.

(Trecho da carta do cacique Seattle ao Presidente dos EUA em 1855).

RESUMO

MARTENDAL, Alair. **Contabilidade Ambiental:** Nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 79 p.

A Contabilidade é um instrumento de registro e análise das operações empresariais. A Contabilidade Ambiental surge para auferir os resultados das atividades das empresas que se relacionam com o meio ambiente, juntamente com um sistema de gestão ambiental adequado, pode incrementar soluções para facilitar o planejamento estratégico em termos da implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, considerando as questões ambientais de forma estratégica, o objetivo deste trabalho é identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental. Para alcançar este objetivo utilizou-se a metodologia exploratório-descritiva, com o intuito de investigar a literatura, descrever e interpretar os dados obtidos. Utilizou-se como procedimento técnico, o levantamento, onde os dados são coletados com base em uma amostra intencional, a fim de identificar o nível de conhecimento dos contadores e como os mesmos avaliam a contribuição da Contabilidade Ambiental para a Gestão Ambiental. Quanto à abordagem do problema pode ser classificada como qualitativa e quantitativa, visto que contempla a análise aprofundada do tema pesquisado e utiliza-se de instrumentos estatísticos na coleta e tratamento dos dados. A trajetória metodológica divide-se em três diferentes fases, sendo: fundamentação teórica, delineamento do levantamento dos dados, e por último, análise dos resultados obtidos com o estudo. As percepções do entrevistado sobre o nível de conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental foram apurados através da aplicação de questionário estruturado, dividido em duas partes. A primeira parte procura identificar o perfil do entrevistado. Já a segunda parte utiliza-se da escala *Likert* de cinco pontos, indo do mais positivo ao mais negativo sobre a percepção do entrevistado sobre o conhecimento do tema. Com base nos resultados obtidos observou-se que os contadores da Grande Florianópolis não têm um conhecimento satisfatório sobre a Contabilidade Ambiental. Entretanto, a maioria concorda e está ciente que o adequado registro contábil dos eventos ambientais, pode contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados. Desta forma, demonstrando a importância da participação da contabilidade ambiental na gestão das organizações.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Nível de conhecimento. Contadores.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Profissionais contábeis ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade de 2004 a 2010	20
Quadro 2: A série ISO 14000	43
Quadro 3: Ferramentas de gestão ambiental conhecidas pelos contadores	50
Quadro 4: Avaliação da contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental.	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visão Geral das Diretrizes da GRI.....	35
Figura 2: Contadores que cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental	48
Figura 3: Contadores que participaram de eventos na área de Contabilidade ambiental	48
Figura 4: Contadores que tiveram algum contato com materiais na área de Contabilidade ambiental	49
Figura 5: Nível de conhecimento das Ferramentas de gestão ambiental EIA e RIMA.....	51
Figura 6: Nível de conhecimento a respeito do Balanço Social	52
Figura 7: Nível de conhecimento da Resolução CFC número 1.288/10	52
Figura 8: Conhecimento da mensuração dos gastos para gerenciar os impactos ambientais.....	53
Figura 9: Conhecimento da mensuração de Passivos e Ativos Ambientais	54
Figura 10: Conhecimento sobre a destinação e reciclagem de resíduos.....	54
Figura 11: Conhecimento sobre os Créditos de Carbono e as funcionalidades do ICMS Ecológico	55
Figura 12: Conhecimento sobre o <i>Marketing</i> Ecológico.....	55
Figura 13: Conhecimento sobre a norma ISO 14000	56
Figura 14: Total do nível de conhecimento dos contadores acerca da Contabilidade Ambiental.	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instituição da formação dos contadores.....	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV – Avaliação do Ciclo de Vida
CF – Constituição Federal
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CT N – Código Tributário Nacional
EA – Estudos Ambientais
EAE – Educação Ambiental Empresarial
EIA – Estudo do Impacto Ambiental
GEE – Gases do Efeito Estufa
GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais
GRI - *Global Reporting Initiative*
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISO - *International Organization for Standardization*
NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
RA – Rotulagem Ambiental
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
S.A. – Sociedade Anônima
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA E PROBLEMA	17
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo geral	18
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO	18
1.4	METODOLOGIA	21
1.5	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	23
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1	CONTABILIDADE AMBIENTAL	25
2.1.1	Ativos Ambientais	26
2.1.2	Passivos Ambientais	27
2.1.3	Gastos Ambientais	28
2.1.4	Receitas Ambientais	29
2.1.5	Balanço Sócio Ambiental	30
2.1.6	Notas Explicativas Ambientais.....	31
2.1.7	Preservação da diversidade ecológica	32
2.1.8	O Relatório GRI	33
2.2	GESTÃO AMBIENTAL.....	36
2.2.1	Impactos Ambientais	37
2.2.2	O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA)	38
2.2.3	Algumas questões emergentes em Contabilidade Ambiental.....	39
2.3	NORMATIZAÇÃO, <i>MARKETING</i> E <i>BENCHMARKING</i> AMBIENTAL	41
2.3.1	As Normas ISO 14000.....	42
2.3.2	<i>Marketing</i> verde ou ecológico	44
2.3.3	<i>Benchmarking</i> ambiental	45
3	ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
3.1	PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PESQUISADOS	47
3.2	NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS CONTADORES SOBRE A CONTABILIDADE AMBIENTAL	50
3.3	ESTUDO ESPECÍFICO SOBRE OS ENTREVISTADOS QUE CURSARAM A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL OU GESTÃO AMBIENTAL	59
3.3.1	Instituições públicas que oferecem a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental	59
3.3.2	Disciplina oferecida em Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental.....	60
3.3.3	Conteúdo programático e carga horária.....	60
4	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	62
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE	69
	ANEXO.....	74

1 INTRODUÇÃO

A percepção de que a degradação ambiental acarreta problemas à sociedade e a qualidade de vida na terra vem sendo percebida há algum tempo. Em face do problema, a Constituição do Brasil consagrou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial a qualidade de vida. Bem como, atribuiu a responsabilidade de sua preservação e defesa, não apenas ao poder público, mas também à coletividade (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Incluindo-se, a atividade empresarial que tem interferência no meio ambiente. Com isso a atividade do contador está diretamente relacionada nesta relação entre o meio ambiente e as empresas.

Contudo, esta mesma sociedade que tem o dever de preservar e garantir o bem-estar às presentes e futuras gerações, necessita utilizar recursos advindos do meio ambiente para suas necessidades próprias. Atividades empresariais utilizam os recursos e impactam o meio ambiente de maneira significativa. As intervenções humanas feitas de maneira desordenada resultam na degradação e no declínio da diversidade ecológica, podendo até causar sua extinção. Sendo esta, uma ameaça ao desenvolvimento humano, e por isso o manejo sustentável tem atraído cada vez mais atenção e interesse, necessitando os devidos registros também na contabilidade.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade.

A questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, se relaciona com o meio físico-natural, assim sendo

O ser humano sempre dependeu dele para garantir sua sobrevivência. Em nenhum momento de sua história, a humanidade viveu sem o auxílio do meio físico-natural. O seu uso, como base material de sustentação da existência humana, bem como as alterações decorrentes deste uso são tão antigas quanto à própria presença do homem no planeta Terra (QUINTAS, 2001 *apud* FAZOLI, 2005).

Assim, a sociedade tem se conscientizado que deve investir em projetos socioambientais. Tendo em vista, a preservação ambiental, e com isso, a qualidade de vida no planeta para a coletividade. Nesse sentido, a informação e conscientização da sociedade em geral para a tentativa de coibir a degradação e solucionar o problema é fundamental.

Neste contexto, a classe contábil tem participação efetiva no sentido de registrar os eventos que ocasionam interferência ambiental. Sejam passivos causados pela utilização de recursos e resíduos, ou ainda pelos ativos de ações preventivas.

De acordo com Ribeiro (2006) a contabilidade pode demonstrar o inter-relacionamento entre as empresas e o meio ambiente, como o patrimônio das entidades pode ser afetado em função de sua atuação com o meio ambiente e as ações das empresas para eliminar estas agressões. Ainda segundo o mesmo autor, a solução dos problemas de ordem ambiental exige o empenho de cada segmento da sociedade e dos diversos ramos do conhecimento, cada um contribuindo de acordo com suas habilidades práticas.

De acordo com Ferreira *et al.* (2009), é uma prática comum das empresas omitirem seus passivos ambientais, e os investimentos na prevenção de riscos ao meio ambiente e à saúde, não têm valor tão significativo. Onde o que se espera é que as empresas que causem danos ao meio ambiente preocupem-se em recuperá-lo e evidenciar informações do seu desempenho ambiental.

Partindo dessas premissas, sabe-se que a contabilidade tem interação com os gestores de empresas. Atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto podem contribuir para os investimentos na gestão dos recursos naturais. Onde as motivações e objetivos de investimento geralmente são obter retornos financeiros lucrativos. Salienta-se que para a maioria dos proprietários de empresas, trata-se de um investimento na biodiversidade sustentável, além da preocupação de arrecadar ganho monetário. Em outras palavras, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores. Até mesmo dos investimentos nesta área que visam tão somente à preservação da diversidade, sem buscar retorno econômico, mas que representam a visão da empresa sobre o meio ambiente. Desta forma, a contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais, porque ela forma um elo entre as empresas e a comunidade. Com isso, colaborando com os gestores na implantação das variáveis ambientais nas suas decisões estratégicas.

Assim, busca-se com este trabalho identificar o conhecimento da contabilidade ambiental por parte dos contadores da Grande Florianópolis e seu preparo para a aplicação junto às empresas. A contabilidade pode despertar o interesse para as questões ambientais, auxiliando a classe empresarial a inserir em sua gestão, a variável ambiental, não apenas por exigência legal, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

1.1 Tema e problema

Diante da crescente preocupação da sociedade com a preservação dos recursos naturais as autoridades nacionais e internacionais viram-se obrigadas a rever a legislação acerca do tema e tentar coibir a degradação do meio ambiente. Para isso, criando mecanismos que incentivem a preservação de áreas de preservação.

Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas à organização, sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções. Desta forma, este estudo discute a atuação e o conhecimento dos contadores neste processo de gestão e normas acerca da contabilidade ambiental.

Segundo Sá (2001), a prosperidade das nações depende da prosperidade de suas empresas e instituições e como a ciência contábil é a que produz modelos de racional comportamento dos patrimônios, é a contabilidade um ramo de saber competente para ensinar o bem material das sociedades humanas.

Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar às empresas a implantarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos relatórios e balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

De acordo com Sá (2010), é forte a influência que a contabilidade pode exercer no destino das riquezas sociais. O contador em exercício da profissão tem uma função social junto às empresas e instituições, no sentido de que ao mantê-las sadias cuida também de toda a sociedade. Encontra-se na consciência profissional do contador a responsabilidade de produzir informes e análises que quando de qualidade tem condições de dignificar a classe contábil e todo o social.

Desta maneira, propõe-se como pergunta de pesquisa: **qual o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental?**

1.2 Objetivos

A seguir apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos para o presente trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar qual o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis acerca da contabilidade ambiental.

1.2.2 Objetivos específicos

No que concerne aos objetivos específicos busca-se o seguinte:

- a) identificar os principais elementos da contabilidade ambiental, que permitem sua aplicação prática junto às empresas;
- b) identificar instrumentos de Gestão Ambiental que possam ser aliados a Contabilidade Ambiental.
- c) verificar as instituições que oferecem disciplinas, bem como conteúdos sobre Contabilidade e Gestão Ambiental na Grande Florianópolis.

1.3 Justificativas do estudo

O crescimento populacional e industrial e as atuações contra o meio ambiente de forma recorrente causam degradações, muitas vezes, irreversíveis ao meio ambiente. De outro lado, a expansão da consciência coletiva em relação ao meio ambiente implica em ações estratégicas que tentam minimizar estes impactos. Em função disso, surgem projetos onde a iniciativa pode ser tomada, não somente por gestores de empresas poluidoras, mas também, por contadores, interessados em participar neste processo de gestão sustentável que

permita oferecer às empresas e à sociedade o registro dos fatos. Através dos quais, a decisão para perpetuação da biodiversidade pode ser melhor avaliada.

Para Tinoco e Kraemer (2008), o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Fazer com que as forças de mercado e a sociedade protejam e melhorem a qualidade do meio ambiente tem sido um dos desafios que o mundo enfrenta neste milênio.

Conforme Kraemer (2005), a Contabilidade é um ramo do conhecimento humano, no entanto, ainda não tem dado o destaque necessário e cabível ao tema meio ambiente. Contabilidade Ambiental possui potencial para auxiliar os gestores nesta tarefa

O comportamento funcional da riqueza precisa atender ao indivíduo, mas, igualmente, ao ambiente onde este se insere. Tal verdade, é que nos leva a raciocinar, na atualidade, sobre o que a empresa, por exemplo, “agrega” ou “acrescenta” à sociedade e não apenas a si mesma (evidenciável no Balanço Social) além do que ela oferece de lealdade e sinceridade aos que dela participam e aos que nela acreditam. (SÁ, 2001, p. 24).

Tendo em vista, que há alguns anos, tem-se aumentado consideravelmente as discussões acerca das questões ambientais, preocupando-se cada vez mais com a exploração indiscriminada dos recursos naturais, a sociedade vem preferindo produtos que não causem danos ou menor impacto ao meio ambiente. Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas à organização.

Sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções em relação aos investimentos no meio ambiente, os gestores podem analisar os resultados através dos relatórios padronizados da Contabilidade Ambiental. Ela pode ser usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, através da utilização dos relatórios contábeis onde deverão ser evidenciados, de forma transparente e fidedigna, os gastos com o controle ambiental. Sendo que neste processo, pode existir a interação entre os contadores e os gestores das organizações.

Segundo informações divulgadas no sítio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a quantidade de contabilistas *versus* quantidade de população no Brasil é de um contador para cada 396 cidadãos. Sendo que no Estado de Santa Catarina é de um contador para cada 307 cidadãos. Além disso, a classe contábil vem aumentando nos últimos anos, conforme o Quadro 01, que mostra a evolução do número de profissionais e organizações contábeis no País:

PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES ATIVOS NOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE									
POSIÇÃO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO									
ANO	CONTADOR		TÉCNICO EM CONTABILIDADE		TOTAL GERAL	ORGANIZAÇÃO			TOTAL GERAL
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO		ESCRITÓRIO INDIVIDUAL	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	SOCIEDADE	
2004	104.978	61.692	131.846	60.503	359.019	46.835	-	21.172	68.007
2005	115.512	74.291	134.847	65.679	390.329	43.528	-	21.620	65.148
2006	119.846	79.825	129.975	64.942	394.588	44.194	-	21.421	65.615
2007	123.173	82.551	129.026	64.588	399.338	44.746	-	22.275	67.021
2008	127.594	85.433	128.292	64.234	405.553	46.039	-	23.341	69.380
2009	130.239	88.797	127.268	64.307	410.611	47.095	-	26.156	73.251
2010	161.850	130.540	129.877	73.317	495.584	46.972	1.759	27.552	76.283

Quadro 1: Profissionais contábeis ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade de 2004 a 2010

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2010)

Dada à importância que a classe contábil possui junto às organizações e a representatividade da classe perante a sociedade, a atuação ética e responsável é uma exigência da sociedade. Para isso, é necessário que a classe contábil seja detentora de conhecimento sobre o tema para contribuir com os empresários. Quanto ao papel da contabilidade na preservação do meio ambiente pode ser para subsidiar informações para a tomada de decisão na gestão ambiental, como também auxiliar nas medidas de preservação.

Segundo Ribeiro (2006) os contadores, como os demais cidadãos e profissionais, têm a responsabilidade de contribuir para solucionar os problemas ambientais. Podendo contribuir de três formas: pela determinação de custos, com consideração dos custos sociais, pelos serviços de gerencia, e pelas informações.

A pesquisa realizada por Maciel *et al.* (2008), buscou identificar o nível de conhecimento dos contadores que fazem cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*) oferecidos pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Concluiu-se que os contadores pesquisados não têm um conhecimento adequado, ou melhor, o mínimo de informações que se deve ter sobre o tema. Um dos agravantes deste cenário é a falta de interesse dos profissionais em ler artigos científicos, matérias jornalísticas e livros na área, sendo atenuada pela ausência em participação em eventos relacionados à contabilidade Ambiental.

Diante da necessidade de se cumprir uma política de preservação eficiente, com a interação da classe contábil junto às empresas, originou-se a motivação para a presente pesquisa. Este trabalho procura investigar o nível de conhecimento dos contadores da Grande Florianópolis, em exercício da profissão, formados em períodos diferentes em instituições variadas. Assim, se pretende averiguar se o conhecimento pertinente ao assunto,

por parte dos contadores, bem como a aplicação da contabilidade ambiental junto aos gestores das empresas, pode resultar em contribuição para o desenvolvimento sustentável, otimizando o uso racional dos recursos naturais, garantindo o bem estar das gerações futuras, com responsabilidade social, moral e ética. Desta forma este estudo objetiva verificar o conhecimento dos contadores da Grande Florianópolis acerca da contabilidade ambiental que serão os elementos que permitem a aplicação prática junto às organizações.

1.4 Metodologia

Quanto ao enquadramento metodológico, define-se esta pesquisa como sendo de natureza exploratório-descritiva. De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, onde são investigados os autores e a literatura disponível que podem dar suporte a pesquisa. Ainda segundo este autor, este tipo de pesquisa tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, a fim de instigar o aprofundamento do tema tratado. E as pesquisas descritivas procuram descrever as características de determinada população ou fenômeno.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados a pesquisa foi classificada como de levantamento. Sobre a pesquisa de levantamento, Beuren (2009), diz que os dados referentes a esse tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer. Amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras. Segundo Gil (2002), uma amostra se define como o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. Os procedimentos técnicos utilizados neste trabalho são pesquisas bibliográficas. A coleta de informações é realizada através de dados secundários, como livros, teses, artigos, trabalhos científicos e pesquisas na *internet*, que pudessem colaborar para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho.

Sobre a abordagem do problema, Beuren (2009), aponta que a pesquisa pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. Onde a abordagem qualitativa contempla as análises aprofundadas do tema pesquisado, já a abordagem quantitativa é caracterizada pela utilização de instrumentos estatísticos, na coleta e no tratamento dos dados. Faz a

interpretação das informações mediante a coleta de dados empregando o uso da quantificação por meio de percentuais e técnicas estatísticas.

Sobre os procedimentos empíricos utilizados no trabalho, empregaram-se os mecanismos de levantamento ou pesquisa de campo que busca as informações diretamente numa amostra da população estudada. As percepções do entrevistado sobre o nível de conhecimento acerca da contabilidade ambiental foram apuradas através de questionário (Apêndice). De acordo com Gil (2002), define-se o questionário como uma técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas.

Para a pesquisa, utilizou-se um questionário estruturado, realizou-se um levantamento, também denominado *Survey*, onde se coletaram os dados por meio da aplicação de um questionário. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte com 5 (cinco) perguntas, com o intuito de identificar o perfil do contador entrevistado. Já a segunda parte, é composta de 13 (treze) perguntas para averiguar o conhecimento dos profissionais contábeis sobre a Contabilidade Ambiental, das quais, 12 (doze) perguntas foram elaboradas utilizando-se da escala *Likert* de cinco pontos, indo do mais positivo (5) para o mais negativo (1). Nestes questionamentos, o entrevistado deveria optar entre as respostas ‘insuficiente’, ‘pouco suficiente’, ‘regular’, ‘suficiente’ ou ‘excelente’. Segundo o seu nível de conhecimento sobre o tema abordado. Apresentou-se, ainda, uma pergunta em aberto sobre o interesse pessoal no tema. O modelo do questionário aplicado encontra-se em anexo (Apêndice).

A trajetória metodológica divide-se em três diferentes fases, sendo: fundamentação teórica, delineamento do levantamento dos dados, e por último, análise dos resultados obtidos com o estudo.

Na primeira fase apontam-se assuntos referentes ao tema abordado; tais como, Contabilidade Ambiental, ativos e passivos ambientais, gastos ambientais, receitas ambientais, balanço sócio ambiental e notas explicativas ambientais. Apontam-se ainda, aspectos de Gestão Ambiental, GRI, impactos ambientais, EIA, RIMA e algumas questões emergentes em Contabilidade Ambiental, normatização, *Marketing* e *Benchmarking* Ambiental.

Quanto à segunda fase, o delineamento do levantamento dos dados, compreende o levantamento, ou pesquisa de campo, através de questionário aplicado a uma amostra intencional junto aos contadores da Grande Florianópolis.

Na terceira e última fase, mostra-se a análise dos resultados, obtidos através da fase anterior; apresenta-se a percepção do nível de conhecimento dos contadores pesquisados.

Dentro de um universo composto pelos contadores dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, que compõe a Grande Florianópolis, a amostra limitou-se a contemplar indivíduos que, atualmente, atuam na área contábil. Esta lista foi levantada pela pesquisadora, que trabalha em uma empresa de Consultoria especializada para contadores, que tem estes profissionais como clientes, sendo que os nomes puderam ser confirmados no site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, através de consulta ao registro do profissional.

A pesquisa é realizada durante os meses de setembro e outubro de 2010, com uma amostra dos contadores atualmente no exercício da profissão, atuando em escritórios contábeis ou diretamente nas empresas. O questionário foi enviado via email para 140 profissionais, dos quais 32 responderam. Ainda aplicado pessoalmente a mais 10 contadores, obtendo assim a quantidade de 42 respostas. Ou seja, um percentual de 28% dos questionários aplicados.

Quanto ao perfil dos participantes do estudo, não é realizada nenhuma restrição quanto à idade, sexo, função ou área exercida dentro da profissão contábil.

1.5 Limitações do estudo

À exemplo de todo estudo, este trabalho não é exaurível e encontra-se delimitado em suas fronteiras. Neste sentido, como principais aspectos limitadores deste estudo tem-se a opinião dos entrevistados que respondem ao questionário segundo sua percepção do conhecimento sobre o tema. O que intrinsecamente introduz um fator subjetivo na avaliação. Não havendo preocupação, portanto, com a aplicação na prática de ordem gerencial ou contábil pelos contadores entrevistados. Encontra-se ainda, limitado a interpretação e opinião da pesquisadora. No que se refere à amostra, no presente estudo existe a limitação da região onde é realizada a pesquisa, estando restrita aos municípios da Grande Florianópolis.

1.6 Organização da pesquisa

Este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, quais sejam, introdução, fundamentação teórica, análise dos dados, conclusões e sugestões para futuros trabalhos.

Na introdução são apresentadas as considerações iniciais sobre o contexto do tema e do que pretende responder. Apresenta-se ainda, a exposição dos objetivos geral e específicos, a justificativa e a metodologia utilizada para a apresentação do trabalho. E ainda, a limitação do estudo e a organização da pesquisa.

Na fundamentação teórica, tem-se a conceituação do desenvolvimento do trabalho, tais como: contabilidade ambiental, ativos e passivos ambientais, custos e receitas ambientais, o balanço sócio ambiental, GRI, diversidade ecológica e preservação ambiental. Apresentam-se ainda, algumas questões emergentes da Contabilidade Ambiental, o ICMS ecológico e o Crédito de Carbono. Aborda ainda, a certificação ISO 14000 e o *marketing* ecológico.

Na análise dos dados, relata-se e quantifica-se o nível de conhecimento dos contadores segundo as respostas do questionário aplicado. A análise, bem como o questionário, se divide em três partes, sendo que na primeira parte tem-se o perfil da amostra pesquisada. Na segunda parte tem-se a quantificação do resultado da percepção dos contadores entrevistados acerca da Contabilidade Ambiental e alguns aspectos da Gestão Ambiental. Na terceira e última fase, mostra-se o interesse dos contadores entrevistados sobre a contribuição da Contabilidade Ambiental para a Gestão Ambiental.

Nas conclusões e sugestões para futuros trabalhos são apresentadas as conclusões obtidas com a realização dessa pesquisa, bem como, sugestões para futuros trabalhos.

Por fim, encontra-se o apêndice contendo o modelo de questionário aplicado aos contadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentam-se os conceitos relativos ao tema e o objetivo deste trabalho, mostrando inicialmente o conceito de contabilidade ambiental, diversidade ecológica, os conceitos de ativos, passivos, custos, despesas e receitas na contabilidade ambiental e o balanço sócio ambiental. Apresentam-se ainda, alguns conceitos de gestão ambiental e a interação das empresas com o meio ambiente, através dos relatórios de impactos ambientais, certificações e o marketing ecológico.

2.1 Contabilidade ambiental

Como ciência a contabilidade apresenta condições, por sua forma sistemática de registro e controle, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente. Especificamente, tal conjunto de informações é chamado de contabilidade ambiental. Sendo esta, uma ramificação da contabilidade social. Segundo Ribeiro (2006), a contabilidade é a ciência que tem como função identificar, mensurar e informar os recursos alocados pelas entidades, além dos eventos econômicos que afetam ou poderão afetá-la, com o objetivo de satisfazer às necessidades informativas para a tomada de decisão.

Considerando a história das ciências contábeis, a contabilidade ambiental pode ser considerada recente. Assim como a preocupação de identificar e registrar os eventos contábeis da interação das empresas e o meio ambiente. Ela consiste em um instrumento para a gestão ambiental. Dentro desse contexto, Tinoco e Kraemer (2008) sustentam que a contabilidade ambiental objetiva-se a evidenciar e espelhar a relação das empresas com o meio ambiente. Entretanto, a preocupação atual não se limita às empresas, repercute em toda a sociedade.

Do ponto de vista da contabilidade, segundo Ribeiro (2006) o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis, são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente.

Segundo Otto e Damalgro (2002), a finalidade da contabilidade ambiental pode ser atribuída a registrar os custos, despesas, ativos e passivos ambientais, além de proporcionar

informações com transparência para os seus usuários sobre o desempenho ambiental, de acordo com os princípios contábeis.

A Contabilidade Ambiental diz respeito a toda nação, subsidiando e gerando informações que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas ambientais nacionais. Trata-se, portanto, do acompanhamento, gerenciamento e controle das atividades ambientais da nação, abrangendo a exploração de recursos naturais.

Conforme Sá (2000), o contador é indispensável nesse novo cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, evolução das sociedades e valorização do homem. É ele o detentor de informações importantes e capaz de influenciar positivamente as organizações contribuindo na tomada de decisão. Deve ser capaz de divulgar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas, para as quais presta serviço.

A Contabilidade ambiental é também chamada de contabilidade dos recursos ou contabilidade econômica e ambiental. Todo e qualquer levantamento de informações administrativas e gerenciais deve ter como alicerce a contabilidade. Inclui-se o registro de ativos e passivos ambientais. A sociedade atual, com a efetiva participação da classe contábil, torna-se cada vez mais apta a compreender e participar das mudanças estruturais entre as áreas ambiental, econômica e social.

A contabilização dos eventos ambientais é praticada nos mesmos moldes da contabilidade tradicional, isto é, às contas já consagradas são acrescentadas terminologias do tipo ambiental, tanto ativo, passivo e patrimônio líquido. Depois de realizada a contabilização dos eventos ambientais pelos seus respectivos valores, é possível formar os demonstrativos contábeis e gerenciais com informações que possibilitam aos usuários compreender e analisar a situação patrimonial de uma entidade sob o enfoque socioambiental a que está submetida.

2.1.1 Ativos Ambientais

Ativos ambientais são investimentos que a empresa possui destinado à proteção, preservação e recuperação ambiental, os quais deverão ser classificados em títulos contábeis

específicos, identificando o ativo circulante ambiental, o realizável ambiental e permanente ambiental.

Para Ribeiro (2006) os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental

A informação contábil deve abranger os investimentos realizados, seja na compra de bens permanentes, nas despesas do exercício em curso ou nas obrigações contraídas em prol do meio ambiente, como também as medidas empreendidas para sua recuperação e preservação. (RIBEIRO, 2006)

Neste contexto, o Conselho Federal de contabilidade emitiu a Resolução número 1.288 (2010), para a contabilização de fundos para prevenção de perdas de ativos e outras aplicações pertinentes a prevenção de desembolsos ambientais (Anexo A)

A finalidade dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental, doravante referido como “fundos de desativação” ou “fundos”, é segregar ativos para custear alguns ou todos os custos de desativação de fábricas (como usina nuclear) ou determinados equipamentos (como veículos) ou de reabilitação ambiental (como despoluição de águas ou restauração de terreno contaminado), referidos conjuntamente como “desativação”. (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10)

Sendo assim, devem ser evidenciados à parte nas demonstrações contábeis para permitir ao usuário avaliar essas informações e efetuar comparações que denotem o empenho da empresa na preservação do meio ambiente.

2.1.2 Passivos Ambientais

O termo passivo ambiental se refere a todas as obrigações decorrentes de um evento ou transação que reflitam a interação da empresa com o meio ecológico, percebendo que a intenção de realização de gastos futuros para prevenção não gera quaisquer obrigações.

Segundo Ribeiro (2006), o reconhecimento do passivo ambiental pela contabilidade se refere aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente. Podendo ainda ser decorrente de condutas inadequadas em relação a estas questões.

Desta forma, o passivo ambiental representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como, taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Segundo Paiva (2009), há três condições essenciais para o reconhecimento do passivo, que se relacionam com as obrigações legais, justas ou construtivas. As legais, como o próprio nome diz, são relacionadas ao cumprimento da lei ou decisão jurídica aplicada à empresa; as justas, são obrigações relacionadas à moral ou à ética da empresa; e as construtivas, são atividades desenvolvidas na cidade auxiliando na educação ambiental da comunidade entre outras atividades.

Também, de acordo com Paiva (2009), os passivos ambientais podem ter sua origem no processo produtivo ou aquisição de bens de capital financiados.

Há duas formas de entender, em sua origem, as obrigações como passivos ambientais, os passivos ambientais normais e os anormais. De acordo com Paiva (2009), como passivos ambientais normais podem-se entender os decorrentes do processo produtivo, onde há emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com possibilidade de controle, prevenção e, em alguns casos, de reaproveitamento. Já os passivos ambientais anormais, segundo o mesmo autor, são decorrentes de situações não passíveis de controle pela empresa e fora do contexto das operações, onde as perdas são inevitáveis. Como exemplo, um acidente com um reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremoto, furacão ou outro evento aleatório.

Enfim, o controle e reversão dos impactos das atividades econômicas no meio ambiente, são a essência do passivo ambiental, envolvendo todos os custos das atividades que sejam desenvolvidas desde o momento da ocorrência do fato gerador, ou a partir da constatação de responsabilidade sobre este fato, dentro do devido regime de competência.

2.1.3 Gastos Ambientais

Muitos gastos da empresa na área ambiental resultam em benefícios futuros para a sociedade, mas nem sempre para a empresa que incorreu nos gastos. Segundo Paiva (2009), define-se gastos como sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos. Com a geração do desembolso sem a contrapartida nas receitas. Podendo ser classificados como perdas.

Segundo Ribeiro (2006) pode afirmar que os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente.

Os gastos podem ser ativados e não ativados; os ativados são aqueles gastos registrados no ativo da empresa, representando um benefício futuro, sendo transferidos para as despesas à medida que esses benefícios ocorram, utilizando o princípio da competência; os não ativados são registrados como despesas a partir do momento que são incorridos no período. Paiva (2009, p. 28) exemplifica como gastos ativados, “a aquisição de matéria-prima do período e novos equipamentos; e como gastos não ativados, despesas com treinamento de pessoal e despesas de manutenção, desde que tenham relação com o meio ambiente e contribuam para geração de receitas”.

Há também outros tipos de gastos como, por exemplo, quando a empresa é autuada por danos ambientais, sendo caracterizado como perda, gerando assim novos passivos.

Os gastos podem ser destinados à prevenção ou remediação dos impactos ambientais gerados pela empresa, sabendo-se que há outras formas de gastos ambientais, mas se não houver uma análise minuciosa, não serão percebidos como gastos ambientais. Paiva (2009, p. 32) descreve, “os gastos ambientais, de forma geral, contribuem para a formação, manutenção, recuperação ou degradação da reputação de uma empresa, dependendo de sua essência e finalidade”.

Pode-se dizer também que há outros gastos que, mesmo operacionais, podem se classificar como ambientais, desde que tenham alguma relação entre a evolução da empresa e o meio-ambiente e, conseqüentemente, com a sociedade, mesmo que de forma indireta, como exemplo, os gastos com pesquisas de novos produtos ou novas formas de produção, reduzindo o consumo de insumos naturais esgotáveis e não esgotáveis, visando à melhora de qualidade dos produtos.

2.1.4 Receitas Ambientais

As receitas ambientais decorrem, conforme Tinoco e Kraemer (2008), de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de água; redução do consumo de energia; participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente, considerando, também, o

ganho de mercado que a empresa adquire no momento de reconhecimento da opinião pública sobre sua política preservacionista, dando preferência a seus produtos

Empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser, por analogia, considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p. 190).

Embora a implantação da gestão ambiental não tenha como objetivo principal gerar receita para a empresa, e sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais, nada impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo. Como a elaboração de produtos a partir de sobras de insumos do processo produtivo. A receita ambiental pode ser todo o ganho que a empresa passa a receber quando a opinião pública reconhece sua política preservacionista e dá preferência aos seus produtos ou serviços.

2.1.5 Balanço Sócio Ambiental

O principal objetivo da evidenciação contábil é de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das empresas aos entes públicos, aos parceiros e à sociedade com os quais se relacionam. O Balanço Social tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico. Empresas responsáveis e comprometidas com o desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazo, são precursoras nos modelos de apresentação de seus demonstrativos com qualidade e transparência social e ambiental

O balanço ambiental tem por principal objetivo tornar público, para fins de avaliação de desempenho toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensuráveis em moeda, que a qualquer tempo possam influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. (ANTUNES, 2000, p. 7).

De acordo com Ribeiro (2006), uma das contribuições da contabilidade no processo de preservação ambiental diz respeito à evidenciação dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental.

Neste sentido, a Resolução CFC nº 1.003 de 2004 aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de

informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental: “a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente”.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

2.1.6 Notas Explicativas Ambientais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As informações nelas contidas devem ser relevantes e complementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou que não constem nas demonstrações contábeis propriamente ditas. As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial da organização, ou seja, de valores relativos aos resultados do exercício apresentado, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial. De acordo com Antunes (2000), as notas explicativas são informações sobre as demonstrações contábeis para as pessoas interessadas, tais como, clientes internos e externos e para toda a sociedade. As notas explicativas ambientais não são diferentes, apenas demonstram as informações sobre as demonstrações contábeis ambientais e critérios adotados, como, a avaliação dos estoques ambientais, as formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício, a avaliação do ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais, as dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando inclusive o critério contábil de apropriação e valor do lucro do exercício destinado a sua utilização no meio ambiente.

Segundo Ribeiro (2006), como informação adicional a contabilidade deve descrever nos relatórios da empresa, suas metas em relação às variáveis e impactos ambientais relevantes.

Salienta-se que tais informações são importantes para que os usuários das demonstrações contábeis possam melhor avaliar o posicionamento da empresa em relação ao meio ambiente.

2.1.7 Preservação da diversidade ecológica

A sociedade não pode ser compreendida de modo dissociado dos processos naturais. Apesar de ser responsável pelas modificações do planeta, existe uma interdependência ancestral em relação aos ecossistemas. É deles que a sociedade extrai sua alimentação e exerce sua atividade econômica. Sendo assim, a atividade econômica depende também do meio ambiente e, em função disto, causa efeitos sobre ele.

São cinco os estágios que uma organização que se engaja na preservação percorre desde a fase embrionária até a mais avançada. Sendo que pode haver regressão ou avanços nestes estágios.

Estágio 1:

- A organização não assume responsabilidades perante a sociedade.
- Não promove o comportamento ético.
- Não toma ações em relação ao exercício de cidadania.

Estágio 2:

- A organização reconhece os impactos causados por seus produtos, processos e instalações.
- Apresenta ações isoladas.
- Busca promover o comportamento ético.

Estágio 3:

- A organização está iniciando a sistematização de um processo de avaliação dos impactos – formar questões de lista de verificação.
- Exerce liderança em algumas questões de interesse da comunidade.
- Promove o envolvimento das pessoas em esforços de desenvolvimento social.

Estágio 4:

- A organização sistematiza os impactos sociais e ambientais – análise de sustentabilidade.
- Exerce lideranças de interesse da comunidade, de diversas formas.
- Promove o envolvimento das pessoas em esforços de desenvolvimento social, frequentemente.

Estágio 5:

- A organização pensa na certificação por ações.
- A organização participa de ações não lucrativas.
- Áreas como cultura, assistência social, educação, saúde, ambientalismo e defesa de direitos são consideradas relevantes. (PFITSCHER, 2011, p. 15)

O uso dos diversos ecossistemas de maneira sustentável, usufruindo dos recursos naturais de forma a não extingui-los, gera vantagens econômicas que podem proporcionar ganhos a toda uma nação. A importância da preservação dos ecossistemas, ou da

biodiversidade, justifica a existência de uma gestão eficiente dos recursos naturais, primando pela sua sustentabilidade. (MELO e SILVA, 2001).

A contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância porque a disponibilidade ou escassez dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto de debate econômico, político e social em toda a terra.

A Responsabilidade Social, nos últimos tempos, vem sendo amplamente discutida e exigida pela sociedade, não apenas pelos organismos não governamentais e entidades da administração pública, mas também pelas empresas privadas e órgãos de classe (como os Conselhos Regionais de Contabilidade) (GODOY et al., 2007).

Neste sentido, estão sendo feitos progressos para que a proteção do meio ambiente cresça ainda mais. Reduzir, acabar ou mitigar os efeitos da poluição tem sido unanimidade no mundo atual, muito mais consciente do valor da diversidade biológica. Desta maneira, dá-se mais atenção aos componentes ecológicos, social, econômico, cultural e recreativo da diversidade biológica.

O meio ambiente pode ser definido segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 34) “como o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos”

Assim sendo, a utilização dos recursos ambientais de forma responsável é benéfica a vários segmentos, como o econômico, o social, o individual e a moral do homem, assim como a própria área ambiental.

2.1.8 O Relatório GRI

O relatório de sustentabilidade é a prática de medir e divulgar através de um relatório os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização. O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O modelo de relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido. A *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios) nasceu em 1997, da iniciativa conjunta da organização não governamental norte-americana *Coalition for Environmentally*

Responsible Economics (CERES) e do Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environmental Programme – UNEP). Tornou-se independente em 2002, e é atualmente um centro de colaboração oficial do UNEP. Por ser uma organização independente, a GRI conta com a participação ativa de representantes das áreas de contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos, investigação e organizações do trabalho, de várias partes do mundo. O seu objetivo é adotar um modelo padrão internacional. (GODOY et al., 2007).

A cada dia a responsabilidade social e ambiental chama mais a atenção da sociedade e assim, da relação entre a comunidade e as empresas. Desta forma, os gestores das empresas tornam-se voltados à inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos estratégicos da organização. A responsabilidade social corporativa enfatiza o impacto das atividades da empresa com os *stakeholders* (TINOCO, 2001). *Stakeholders* são todos os envolvidos em um processo de Responsabilidade Social e Ambiental. Inclui-se aqui os vários segmentos da sociedade que se relacionam com as empresas, a comunidade, funcionários, consumidores, acionistas, credores, entre outros.

A GRI foi criada com o objetivo de elevar as práticas de relatórios de sustentabilidade a um nível de qualidade equivalente ao dos relatórios financeiros. O conjunto de diretrizes e indicadores da GRI proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações.

No Guia para Elaboração do Balanço Social e no Relatório de Sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 17) consta que: “A opção pelo modelo GRI tem-se tornado crescente em todo o mundo, tendo em vista sua proposta de fazer com que haja um padrão internacional para elaboração de relatórios”. A adoção do modelo GRI está relacionada aos conceitos de transparência e comunicação, vindos da sustentabilidade e pode ser aplicada em qualquer organização e de qualquer tamanho. Seu processo de elaboração contribui para o engajamento das partes interessadas da organização, a reflexão dos principais impactos, a definição dos indicadores e a comunicação com os públicos de interesse. Apesar de não ser uma certificação e sim um processo voluntário e interno da empresa, os benefícios da elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade pela GRI são bastante parecidos.

O relatório de sustentabilidade baseado nas Diretrizes da GRI deve divulgar os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização. Entre outros propósitos, pode ser usado como:

- Padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável;
- Comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo. (INSTITUTO ETHOS, 2006, p. 03).

A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. O GRI é dividido em seis categorias. São os indicadores: de Desempenho Econômico; do Meio Ambiente; de Práticas Trabalhistas e Desempenho Decente; de Direitos Humanos; Sociais (referente à sociedade); e de Responsabilidade pelo Produto. A figura 01 apresenta as diretrizes gerais da GRI:

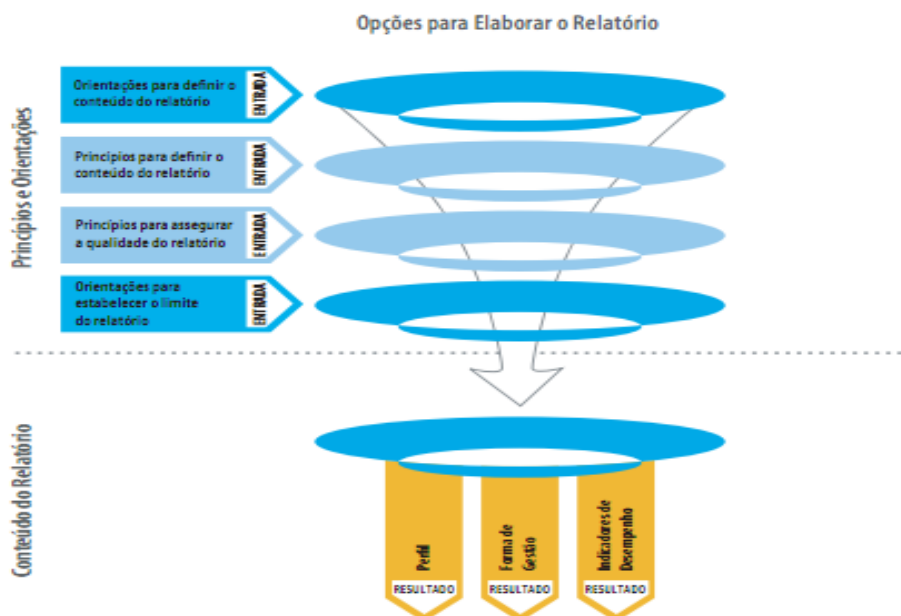


Figura 1: Visão Geral das Diretrizes da GRI
 Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos

Conforme orienta a cartilha “Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade” A GRI desenvolveu a “Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade” e as “Diretrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade”, que compõe o conjunto de documentos que formam a base para a elaboração do relatório de sustentabilidade de qualquer organização. As diretrizes estão estruturadas em duas partes. A parte 1: Princípios e Orientações – que

definem o “como relatar”, trazendo orientações para definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou escopo do relatório, e a parte 2: Conteúdo do Relatório, ou o “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil da organização, sua forma de gestão (governança, compromisso e engajamento) e finalmente os indicadores de desempenho.

É importante enfatizar que este não é um modelo fixo, mas uma estrutura que pode ser usada como base. Com o objetivo de orientar as organizações na elaboração e divulgação do Balanço Socioambiental de maneira uniforme. O processo de elaboração do relatório de sustentabilidade é um ciclo permanente de engajamento de todos os envolvidos com a empresa, para entender, debater, mensurar e melhorar os processos internos e também monitorar e comunicar o desempenho da empresa em relação à sustentabilidade.

2.2 Gestão ambiental

As crescentes exigências dos mercados e as aparentes ameaças da legislação ambiental podem ser fonte de maior competitividade, de inovação, de implementação de novas técnicas de gestão e melhoria de processos, de produtos e serviços.

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.114)

Segundo Barbieri (2006), os sistemas de gestão ambiental referem-se a ferramentas ou meios para alcançar objetivos específicos em matéria ambiental, e compreendem: auditoria ambiental, sistema de gestão ambiental, relatórios ambientais, rotulagem ambiental, estudos de impacto ambiental, entre outros.

O sistema de gestão ambiental requer além do comprometimento por parte da administração e dos proprietários, um grau de envolvimento que facilite a integração das áreas da empresa, permitindo a disseminação das preocupações ambientais entre funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes. (BARBIERI, 2006).

Assim sendo, a gestão ambiental faz parte de um processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à

informação. E assim contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e fomentando atitudes eficientes frente às questões ambientais e sociais.

2.2.1 Impactos Ambientais

Impacto ambiental é a alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade humana. Os projetos de atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição podem ser obrigados a realizar e apresentar o respectivo Estudo (EIA), e o Relatório de Impacto Ambiental, o (RIMA).

Segundo Berté (2009) os impactos ambientais são ocasionados por choques de interesses diretos ou indiretos envolvendo o homem e a natureza. Ainda, segundo o mesmo autor, esses confrontos podem ser considerados como positivos ou negativos, diretos ou indiretos, ocasionais ou permanentes, locais ou globais.

Segundo a Resolução CONAMA número 001 (1986), considera-se impacto ambiental

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais. (Resolução CONAMA 001, de 23.01.1986)

Para o estudo do impacto ambiental devem-se considerar algumas variáveis que definem as diretrizes a serem seguidas

O Estudo do Impacto Ambiental obedecerá, também, às seguintes diretrizes gerais:

- I - contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- II - identificar e avaliar, sistematicamente, os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- III - definir os limites da área geográfica a ser, direta ou indiretamente, afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, observando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza, e;
- IV - considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade. (RIBEIRO, 2006, p. 30)

Segundo Ferreira *et al.* (2009), a Lei 6404/76 das S.A. exige que as empresas registrem suas contingências, sejam elas trabalhistas, fiscais ou de outra natureza, enquanto que os riscos ambientais sequer são mensurados.

Neste contexto, podem-se considerar as ações que a empresa utiliza para a destinação, reciclagem e disposição final de resíduos. Para que o impacto ao meio ambiente seja o menor possível

O tratamento dos resíduos varia de um país para o outro, em suas práticas e técnicas utilizadas. Entre as práticas mais utilizadas está a incineração, mas também se encontra outras formas, como aterramento desses restos, porém não é aconselhável, pois trazem um ônus irreversível as estruturas físicas e ambientais. (WASTE INFORMATION SSYTREM, 1992, *apud* PFITSCHER *et al.* 2006, p. 8).

Cabe salientar, que dependendo do tipo de resíduo descartado, de maneira qualquer, pode acarretar prejuízos incalculáveis, tanto ao equilíbrio ambiental, como a saúde humana. Que além dos impactos ambientais podem gerar passivos enormes às empresas.

2.2.2 O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA)

A obrigatoriedade de elaboração de Estudo prévio de Impacto Ambiental foi estabelecido na Constituição do Brasil (1988) sendo a primeira constituição do mundo a inscrever esta obrigatoriedade. A exigência do Estudo do Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) foi estabelecida em 1986 pela Resolução 001 do CONAMA que estabeleceu as diretrizes para a implementação da avaliação do impacto ambiental. Segundo a citada resolução, o EIA e o RIMA deve ser realizado por equipe multidisciplinar habilitada que será responsável técnica pelos resultados apresentados sem depender, direta o indiretamente, do proponente do projeto.

Segundo Dias (2006) a responsabilidade da empresa permanece, no entanto, pode ser compartilhada com toda a sociedade, no sentido de consumidora de seus produtos. A responsabilidade ambiental de cada um é fundamental e deve ser assumida integralmente, seja de forma voluntária ou pela aplicação de rigorosa legislação.

Ainda que os documentos relacionados ao meio ambiente, demande tempo e recursos, os EIAs e os RIMAs são documentos amplamente utilizados em todo o mundo. A autorização para que determinadas empresas funcionem e obtenham financiamentos depende de sua apresentação. Devido a isso, cada vez mais as empresas devem implantar ferramentas de gestão ambiental. Neste contexto, a contabilidade poderá registrar os eventos ocorridos.

2.2.3 Algumas questões emergentes em Contabilidade Ambiental

Algumas questões que dizem respeito à recuperação do meio ambiente ou incentivos para a sua preservação, ainda são pouco conhecidas ou não são tratadas de maneira uniforme na contabilidade. Como exemplo, os fundos de recuperação ambiental, o crédito carbono e os incentivos do ICMS ecológico.

A Resolução do CFC (2010), aprova e condiciona a contabilização dos direitos a participações decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental, discorrendo a respeito da seguinte forma

A finalidade dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental, doravante referidos como “fundos de desativação” ou “fundos”, é segregar ativos para custear alguns ou todos os custos de desativação de fábricas (como usina nuclear) ou determinados equipamentos (como veículos) ou de reabilitação ambiental (como despoluição de águas ou restauração de terreno contaminado), referidos conjuntamente como “desativação”. (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10).

Através da contabilidade o contribuinte deve reconhecer sua obrigação de pagar gastos de desativação como passivo, registrar os seus eventos e divulgar a participação nestes Fundos.

Outro fator que exige o conhecimento dos contadores, diz respeito aos créditos de carbono. De acordo com o Protocolo de Quioto (2005), um tratado internacional que determina metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e estimula o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Empresas que conseguem diminuir a emissão de gases poluentes obtêm estes créditos, podendo vendê-los nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Crédito de Carbono é então, uma espécie de moeda ambiental, que pode ser conseguida por diversos meios, tais como, projetos que absorvam GEE da atmosfera, reflorestamento, ou o uso de energia limpa renovável.

Segundo Rocha (2003), estes créditos de carbono são considerados *commodities*, especificando como *commodities* ambientais (mercadorias negociadas com preços estabelecidos pelo mercado internacional). Desta forma, devem ser mensurados de maneira adequada pela contabilidade. Já Ferreira et al. (2009), comenta que algumas correntes de pensamento entendem que tem características de derivativo enquanto outros entendem que é serviço prestado. Consequentemente tem a contabilização diferente e como resultado uma valorização diferente para a empresa.

Ribeiro (2005), assere que os créditos de carbono, atendem a definição de um ativo intangível e atribui-se à contabilidade a finalidade de fornecer informações acerca dos impactos contábeis que os créditos de carbono provocam no patrimônio da empresa

Muitas das perspectivas adotadas para o mercado de créditos de carbono no Brasil prevêm um aumento no volume de recursos transacionados. Como consequência, os profissionais da área contábil precisam estar preparados para outorgar o tratamento adequado a este novo instituto. Nada obstante, a ausência de estudos mais aprofundados acerca do tema contribuiu de forma significativa para o surgimento de uma sucessão de especulações a respeito do correto tratamento dos créditos de carbono em nosso ordenamento contábil. (UHLMANN, 2008, p. 52)

De acordo com Uhlmann (2008), A definição entre as possíveis formas de contabilização dos créditos de carbono é de caráter estratégico para a empresa, como variável importante nas decisões para investimentos socioambientais.

No tocante as políticas públicas de incentivo a incorporação de aspectos relativos à proteção ambiental, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico é um exemplo. O ICMS Ecológico foi criado com a intenção de compensar perdas de recursos tributários.

De acordo com Loureiro (2007), ICMS Ecológico é a denominação para os critérios de caráter ambiental, usados para estabelecer o percentual de cada município de um determinado Estado tem direito de receber quando do repasse da quota-parte do ICMS.

Sobre este assunto, a CF (1988) e o Código Tributário Nacional (CTN), sujeito a Regulamentação em cada Estado da Federação, define que uma cota-parte do ICMS, sujeito à distribuição pelo Estado aos municípios, seja delegada de acordo com a existência de unidades de conservação, devidamente registradas e regulamentadas, dentro dos limites municipais. Desta forma, contribuindo para o crescimento sustentável através da contraprestação econômica.

De acordo com Uhlmann (2010), o ICMS Ecológico é uma ferramenta auxiliar a gestão socioambiental, não se trata de um novo tributo, mas sim da maneira como este é distribuído, esta foi uma maneira encontrada para incentivar Municípios que tem parte do seu território restrito ao uso, por conterem mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos e ou por possuírem Unidades de Conservação. Cabendo à classe contábil conhecer as particularidades e mensurar os recursos destas atividades.

2.3 Normatização, *Marketing* e *Benchmarking* Ambiental

As variáveis ambientais inserem-se cada vez mais na gestão das empresas. É impensável, atualmente, desvincular as atividades produtivas dos eventuais impactos ambientais a elas relacionados. Pensando nisso a Norma Ambiental reuniu técnicos de várias áreas de formação para oferecer às empresas o levantamento e o acompanhamento da legislação aplicável. Com isso, otimizando seu desempenho e reduzindo os altos riscos de não conformidade legal inerentes às suas atividades. Um exemplo é o certificado da aplicação do conjunto de normas da série ISO 14000. Novos pensamentos e a modulação de novas estruturas de administração com o objetivo maior de proteger os recursos ambientais e o bem estar da comunidade. Desta forma, as organizações começam a trabalhar com a responsabilidade social, tendo vista também, a imagem da empresa perante a sociedade e as demais organizações, através do *marketing* e do *benchmarking* ambiental.

A responsabilidade social deve expressar o compromisso com valores, conduta e procedimentos que estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, e os *stakeholders* surgem como fiscais das ações. Assim, pode-se ter um resultado positivo em preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da sociedade, do ponto de vista ético, social e ambiental. (PFITSCHER, 2011, p. 17)

Como forma de verificar e divulgar quais empresas que realmente apresentam uma postura ambientalmente correta estabeleceu-se sistemas de avaliação de desempenho ambiental, com normas e critérios padronizados para o mundo todo. O conjunto de normas mais conhecido é o da série ISO 14000. Isso porque não basta apenas anunciar que seus processos e produtos não causam danos ambientais, é preciso provar. O certificado atesta que uma determinada empresa realizou algum tipo de investimento, direto ou indireto, para recuperar o dano ou impacto ambiental. E o mais importante nesse processo: o cliente passa a confiar muito mais na empresa e na escolha de seus produtos.

De acordo com Tachizawa (2004), a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações, induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos em face de tais atuais questões.

Atuar de maneira ambientalmente responsável é ainda hoje um diferencial entre as empresas, destacando-as nesse competitivo mercado. A gestão ambiental inclui uma série de atividades que devem ser administradas para formular estratégias de administração do meio ambiente para assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais. Implementar programas de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao

meio ambiente, adequar os produtos às especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental na própria empresa. A gestão ambiental é tida hoje como uma exigência e diferencial de mercado, e embora seja algo relativamente recente, algumas empresas passaram a aplicar e criar ações baseadas nesse novo elemento estratégico de gestão, tratando seu ambiente interno como forma de promover suas atuações social e ambientalmente responsáveis.

2.3.1 As Normas ISO 14000

O ISO 14000 é um conjunto de normas que definem parâmetros e diretrizes para a gestão ambiental para as empresas (privadas e públicas). Estas normas foram definidas pela *International Organization for Standardization* - ISO (Organização Internacional para Padronização). Cada país possui um órgão responsável por elaborar suas normas. No Brasil temos a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Observa-se que estas normas estabelecem as diretrizes para a Auditoria Ambiental nas empresas, podendo fazer uso dos recursos gerados pela contabilidade, como as informações e relatórios padronizados. A implantação destas normas utiliza-se de fatos que podem ser registrados pela contabilidade contribuindo com os gestores no fornecimento de relatórios padronizados.

De acordo com a ABNT (2004), as normas ISO direcionam a organização na definição clara das partes interessadas que são afetados pelo desempenho ambiental. A Política ambiental, definida pela alta administração, é o ponto de partida desse processo. Essa política deve assegurar que sejam apropriadas à natureza, as escalas e impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços devem ser cuidadosamente mensurados.

Segundo Dias, (2006) as normas são uma família de diretrizes que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização. Estas normas foram criadas para diminuir o impacto provocado pelas empresas ao meio ambiente. Muitas empresas utilizam recursos naturais, geram poluição ou causam danos ambientais através de seus processos de produção. Seguindo as normas do ISO 14000, estas empresas podem reduzir significativamente estes danos ao meio ambiente.

Segundo a ABNT (2004), é a certificação de produtos/serviços com qualidade ambiental que atesta, através de uma marca colocada no produto ou na embalagem, que determinado produto ou serviço apresenta menor impacto ambiental em relação a outros produtos similares disponíveis no mercado.

Conforme o Quadro 2 a Família ISO 14000 estabelece as especificações e as diretrizes para a implantação da certificação. E ainda, aborda o conteúdo e os critérios que cada norma exige para a sua implantação.

SÉRIE ISO 14000	
Número de série ISSO	Título
14001	Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e diretrizes para uso
14004	Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio
14010	Diretrizes para autoria ambiental – Princípios gerais
14011	Diretrizes para autoria ambiental – Procedimentos de autoria – Auditoria de sistemas de gestão ambiental
14012	Diretrizes para autoria ambiental – critérios de qualificação para auditores
14015	Avaliação ambiental de locais e organizações
14020	Rótulos e atestados ambientais – princípios gerais
14021	Rótulos e atestados ambientais – queixas autodeclaradas .Termos e definições (antiga 14021). Símbolos (antiga 14022). Teste e verificação (antiga 14023)
14024	Rotulagens e atestados ambientais – rotulagem ambiental tipo I
14025	Rotulagens e atestados ambientais – rotulagem ambiental tipo III
14031	Avaliação de desempenho ambiental
14032	Avaliação de desempenho ambiental – estudos de caso
14040	Análise de ciclo de vida – princípios e diretrizes
14041	Análise de ciclo de vida – definição de escopo e análise do inventário
14042	Análise de ciclo de vida – avaliação de impacto
14043	Análise de ciclo de vida – interpretação
14050	Vocabulário de Gestão Ambiental
Guia 64	Guia para a inclusão de aspectos ambientais em normas sobre produtos
14061	Guia para orientar organizações florestais no uso das normas ISO 14001 e 14004

Quadro 2: A série ISO 14000

Fonte: Adaptado de Harington e Knight (2001, p. 32-33)

Certificar um Sistema de Gestão Ambiental significa comprovar junto ao mercado e a sociedade que a organização adota um conjunto de práticas destinadas a minimizar impactos que imponham riscos à preservação da biodiversidade. Com isso, além de

contribuir com o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população, as organizações obtêm um considerável diferencial competitivo fortalecendo sua ação no mercado.

2.3.2 *Marketing verde ou ecológico*

O posicionamento em relação às questões ambientais é o ato de desenvolver atividades e a imagem da empresa, de maneira que se ocupe uma posição em relação aos impactos ambientais por ela causados. Junto às exigências e atribuições de responsabilidade que a sociedade estabelece para as empresas, podem surgir também oportunidades. O *marketing* ambiental também conhecido como *marketing* verde, ecologicamente correto ou *ecomarketing*, pode ser assimilado pelas empresas como uma ferramenta estratégica.

O *marketing* verde tem o objetivo de promover meios que sustentem as estratégias das empresas em relação às atitudes que estas praticam na diferenciação entre outros concorrentes, é também objeto que agrega valor aos produtos e/ou serviços que tal empresa oferece ao mercado consumidor. Essa prática inovadora permite a empresa mostrar para seus clientes, fornecedores, consumidores, sociedade, funcionários e outros, um conjunto de processos que visam a responsabilidade social e ambiental, através de políticas de ações e projetos sociais e a sustentação do equilíbrio ambiental, bem como as políticas ambientais de controle e preservação do meio ambiente. (RAGASSI e SCARPINELLI, 2003.)

O *marketing* ecológico é representado pelos esforços das organizações em satisfazer às expectativas dos consumidores por produtos que determinem menores impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida (produção, embalagem, consumo, descarte), e a divulgação desses esforços de modo a gerar maior consumo desses produtos e maiores lucros para as empresas. Isto significa que durante todas as etapas do ciclo de vida de um produto, seus impactos ambientalmente negativos foram avaliados e corrigidos para que ele se tornasse não somente mais saudável para o consumo, como também menos agressivo ao meio ambiente.

Segundo Tachizawa (2004), uma das viabilidades para as empresas é que o novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.

Trata-se de uma ferramenta capaz de projetar e sustentar a imagem da empresa, destacando sua diferenciação ecologicamente correta junto à sociedade, fornecedores, funcionários e ao mercado.

Ainda, segundo Paiva (2009), quando a empresa passa a valorizar sua relação com o meio ambiente e a tomar medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública tende a apresentar conotação diferenciada. Valorizar sua preocupação com o meio ambiente tem um forte papel, entre outros, na manutenção dos clientes atuais e atração de novos consumidores.

Ao adotar o *marketing* verde, a organização deve informar a seus consumidores acerca das vantagens de se adquirir produtos e serviços ambientalmente responsáveis, de forma a estimular ou despertar o desejo do mercado por esta categoria de produtos. Ao empregar estratégias de *marketing* ambiental, a entidade pode aumentar sua credibilidade e legitimidade, definir sua personalidade, área de atuação e imagem, além de agregar valor à marca junto aos diversos compradores. No *marketing* verde, a empresa divulga o que tem feito em prol do meio ambiente e, desse modo, procura sensibilizar o consumidor para que ele também participe deste processo, já que a responsabilidade de preservar os recursos escassos é de todos.

2.3.3 *Benchmarking* ambiental

O *benchmarking* é uma ferramenta organizacional que consiste na avaliação das melhores empresas concorrentes ou empresas líderes de outro mercado com o intuito de se aprender novas técnicas de gestão.

As vantagens de se trabalhar com *benchmarking* ambiental são destacadas por Lavorato (2007) da seguinte maneira

- a) O autoconhecimento empresarial numa comparação rela com o mercado;
 - b) A construção de um conhecimento empresarial coletivo no momento da geração e compartilhamento de informações;
 - c) A criação e aperfeiçoamento de novas práticas de excelência por meio da inovação e criatividade;
 - d) rapidez e resultados comprovados por uma metodologia de aprendizado que queima etapas e atinge metas;
 - e) e por fim, um saudável exercício empresarial que troca, soma, reconhece, gera vínculos e integra setores, e principalmente, cria o hábito das relações.
- (LAVORATO, 2007, p. 2)

Seguindo o pensamento de Lavorato (2007), após a observação é feito um *feedback* para se planejar e colocar em ação as técnicas que a organização achar mais oportunas.

Ainda segundo o mesmo autor, esta comparação permite à empresa conhecer seus pontos fortes e fracos em relação aos seus concorrentes. A utilização do *benchmarking* não só é recomendável para as empresas que buscam a liderança através da melhoria de seus

processos como também para as líderes, que precisam manter-se atentas à evolução dos seus concorrentes. Com base nestes conceitos surge nas empresas o *Benchmarking Ambiental*. Onde os investimentos aplicados, bem como, os resultados obtidos, podem ser expressos na contabilidade.

Segundo Dias (2006), o posicionamento ecológico da empresa pode ter reflexos racionais ou emocionais para a percepção da marca. O posicionamento racional proporciona informações técnicas ao consumidor, mostrando que durante o ciclo de vida o produto gera pouco impacto ambiental. Já o reflexo emocional busca associar o produto a experiência de sensações agradáveis de contato com a natureza.

Cabe salientar, que o *benchmarking* ecológico é uma ferramenta de suma importância para as empresas que buscam além do crescimento, a melhoria contínua de seus processos, uma redução de seus custos e uma maior competitividade. Como o *benchmarking* é uma análise comparativa entre as empresas do mesmo segmento, quando aplicado na área ambiental, propaga os investimentos nesta área. Fatores que a contabilidade pode ser aliada na geração de relatórios e resultados que permitem a análise e melhor tomada de decisão.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, assim como as análises e interpretações pertinentes ao conhecimento que os contadores da Grande Florianópolis têm acerca da contabilidade ambiental. Na primeira parte, retrata o perfil dos profissionais contábeis pesquisados no que diz respeito à formação acadêmica, à participação em eventos e à leitura de materiais sobre a Contabilidade Ambiental.

Na segunda parte, é realizada a apresentação, análise e interpretação do nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental.

Na terceira e última parte, apresenta-se estudo específico sobre os entrevistados que cursaram disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental.

3.1 Perfil dos profissionais contábeis pesquisados

Na primeira parte do questionário pôde-se verificar que o grupo de respondentes da pesquisa consistiu em contadores formados em diferentes períodos, desde recém-formados até formados há vinte e oito anos.

Com relação à instituição de ensino superior onde foi realizado o curso, 47,62% cursaram faculdade particular, enquanto que 52,38% cursaram faculdade pública, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1: Instituição da formação dos contadores

PERGUNTA	RESPOSTAS	
2 - Formou-se em Instituição de ensino particular ou pública?	Particular	Pública
	47,62%	52,38%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Quanto à disciplina de contabilidade ambiental, perguntou-se aos contadores se cursaram esta disciplina ou a de gestão ambiental ao longo da sua trajetória acadêmica. Verificou-se que na amostra pesquisada, apenas dois contadores cursaram as disciplinas de

contabilidade ambiental ou gestão ambiental, representando, desta forma, 4,76% dos profissionais. Ao passo que 95,24% não cursaram nenhuma das referidas disciplinas. A fim de ilustrar a quantidade de contadores que cursaram estas disciplinas, segue a Figura 2:



Figura 2: Contadores que cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

A justificativa citada por alguns dos contadores que não cursaram a disciplina de contabilidade ou gestão ambiental é a de que quando se formaram não era ofertada a referida disciplina ou por que essa era optativa. Desta forma, não se dava a devida relevância ao tema. Cabe salientar que os dois contadores que cursaram a disciplina formaram-se em instituição pública. Estes casos são estudados no item 3.3.

Buscando identificar o interesse do contador e o preparo para contribuir com informações no âmbito da Contabilidade Ambiental para os gestores das empresas, perguntou-se ainda sobre a participação em eventos e congressos na área e sobre o contato com materiais sobre o tema em questão, conforme ilustrado na Figura 3:

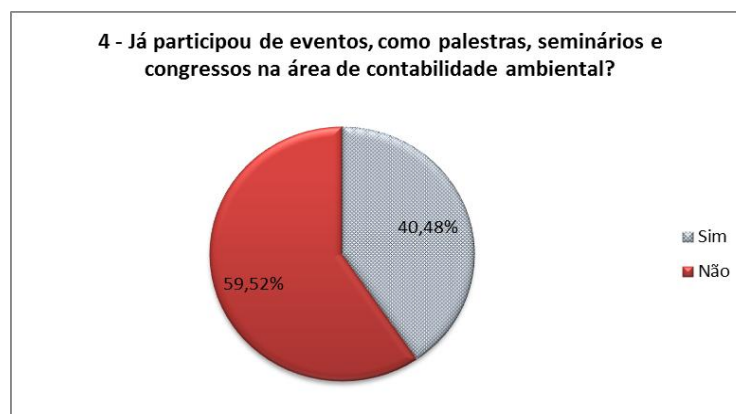


Figura 3: Contadores que participaram de eventos na área de Contabilidade ambiental
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Perguntou-se ainda, se o entrevistado já teve contato com materiais, livros ou revistas a área de Contabilidade Ambiental. Conforme os dados obtidos, 66,67% dos contadores já tiveram contato com a área através da leitura do tema, enquanto que 33,33% ainda não tiveram contato com materiais sobre a contabilidade ambiental. Conforme demonstrado na Figura 4 o número de contadores que leram a respeito da temática ambiental é maior que os que os que não buscaram informações.

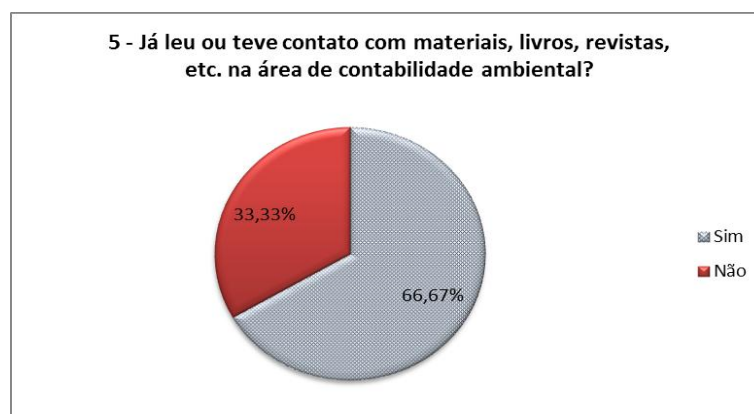


Figura 4: Contadores que tiveram algum contato com materiais na área de Contabilidade ambiental
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Cabe salientar que embora o número de contadores que já leram sobre o tema seja maior do que os que cursaram a disciplina e dos que participaram em eventos, ainda há uma parcela de contadores que sequer fizeram uma leitura sobre a Contabilidade Ambiental. Os contadores não foram questionados sobre as razões para a falta desta leitura. No entanto, parece evidente que os materiais sobre a contabilidade ambiental ainda não se encontram disseminados entre a maioria dos profissionais contábeis em exercício da profissão.

No questionário não foram feitas perguntas sobre a idade ou sexo, por não se julgar relevante para se alcançar o objetivo do estudo.

Deste modo, as respostas da primeira parte do questionário apontaram que apenas dois, dos quarenta e dois entrevistados, cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental, e vinte e oito já tiveram algum tipo de contato com materiais da área. Em seguida, analisa-se a segunda parte do questionário, onde foram feitas treze perguntas sobre a Contabilidade Ambiental e assuntos relacionados à área, visando identificar o nível de conhecimento por parte dos contadores.

3.2 Nível de conhecimento dos contadores sobre a Contabilidade Ambiental

Visto que a Contabilidade Ambiental pode ser aliada da Gestão Ambiental, registra os fatos e fornece os relatórios para a melhor tomada de decisão dos gestores das entidades, como primeira questão da segunda parte do questionário, perguntou-se quais das ferramentas de Gestão Ambiental são conhecidas pelos contadores pesquisados. Já que, segundo Dias (2006), a empresa que adotar um sistema desses pode contar com meios de melhor apropriação de custos e alocação de recursos disponíveis, além de adicionar valor visando à vantagem competitiva mediante o seu público alvo que opta por produtos de empresas ambientalmente responsáveis.

As respostas evidenciam que ainda são poucas as ferramentas de Gestão Ambiental conhecidas pela maioria dos contadores, conforme demonstrado no Quadro 3:

01 - Quais das ferramentas de gestão ambiental o(a) senhor(a) conhece? Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma.	
Ferramentas de Gestão Ambiental:	Respostas:
SGA – Sistema de Gestão Ambiental	6
EA – Estudos Ambientais	7
ACV – Avaliação do Ciclo de Vida	0
EIA – Estudos dos Impactos Ambientais	17
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental	14
RA – Rotulagem Ambiental	1
GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais	10
EAE – Educação Ambiental Empresarial	9
Nenhuma.	9

Quadro 3: Ferramentas de gestão ambiental conhecidas pelos contadores

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Dos quarenta e dois entrevistados, dezessete registram conhecer o EIA – Estudo dos Impactos Ambientais e quatorze o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, sendo portanto, as ferramentas de Gestão Ambiental mais conhecidas pelos contadores. De outro lado, nove contadores não conhecem nenhuma Ferramenta de Gestão Ambiental. Chama atenção o fato de apenas um contador conhecer o RA – Rotulagem Ambiental e nenhum conhecer o ACV – Avaliação do Ciclo de Vida, segundo a ABNT, esta é uma ferramenta essencial para a identificação dos impactos ambientais de um produto, desde a retirada da natureza das

matérias primas que virão a formá-lo, passando pelos transportes necessários, pelos processos de produção, pelo uso dos consumidores durante sua vida útil, até seu descarte final. Visto que constituem fatores que podem fazer parte da política ambiental de qualquer empresa e os registros contábeis podem mensurar os investimentos e retornos obtidos.

A seguir, na segunda pergunta, questionou-se qual o nível de conhecimento dos contadores sobre as ferramentas, EIA – Estudo dos Impactos Ambientais e RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, ficando claro que muitos conhecem superficialmente o assunto ou desconhecem totalmente. Conforme demonstrado na Figura 5:

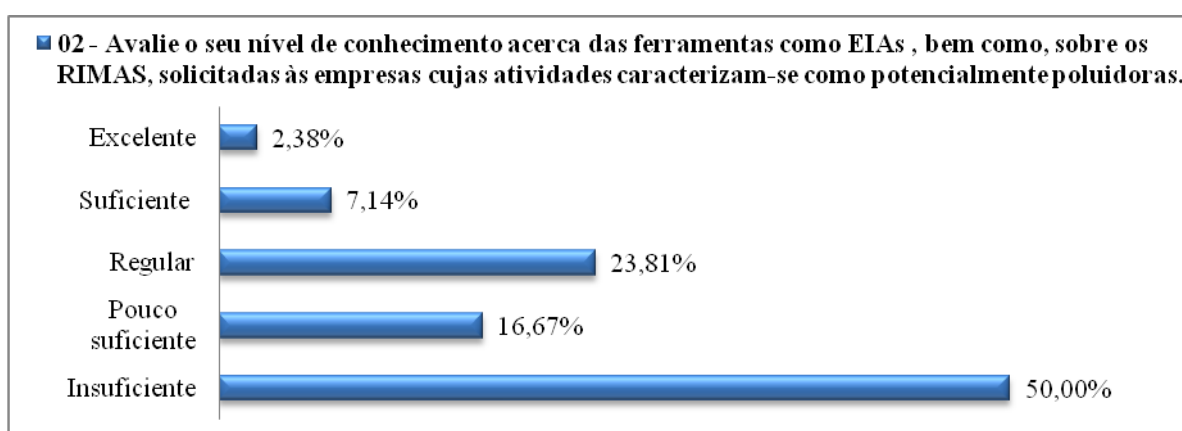


Figura 5: Nível de conhecimento das Ferramentas de gestão ambiental EIA e RIMA

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Dos quarenta e dois entrevistados, 50% consideram o nível de conhecimento sobre o tema em questão como insuficiente, 23,81 como regular e apenas 2,28% considera o nível de conhecimento como excelente.

Na questão seguinte, perguntou-se qual o nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social. O Balanço Social tem o objetivo de evidenciar contabilmente e de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das empresas aos entes públicos, aos parceiros e à sociedade com os quais se relacionam. Lembrando que o Balanço Social abrange, também, as informações de cunho ambiental.

As respostas obtidas mostraram que são poucos os contadores que conhecem os procedimentos necessários para a elaboração e divulgação deste relatório socioambiental. Verificou-se que 21,43% dos entrevistados não possui conhecimento suficiente, 30,95% têm conhecimento pouco suficiente e o maior percentual tem conhecimento regular, com 33,33% dos entrevistados. Apenas cinco contadores responderam que têm conhecimento suficiente e um excelente. Conforme demonstrado a seguir na Figura 6:

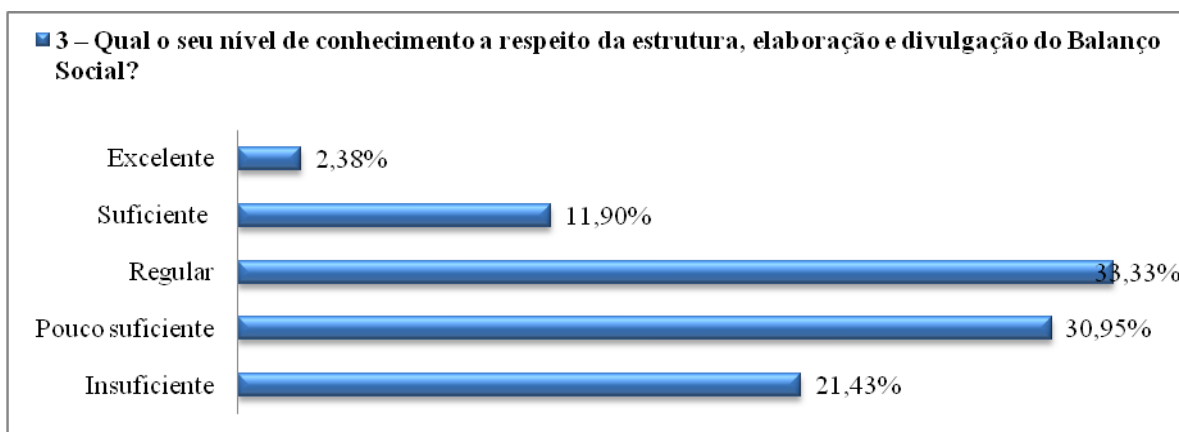


Figura 6: Nível de conhecimento a respeito do Balanço Social
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Assim, do total de entrevistados, apenas 14,28% responderam que têm o conhecimento necessário para elaborar e poder prestar as informações sobre o Balanço Social.

Na quarta questão, apresentada na Figura 7, perguntou-se sobre o conhecimento dos contadores sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental, cujas orientações para a contabilização já foram regulamentados pelo CFC. Verificou-se que todos os pesquisados optaram entre as alternativas, insuficiente, pouco suficiente ou regular para esta questão, demonstrando que ainda não aplicam ou não conhecem os requisitos para mensurar contabilmente estes fatos.

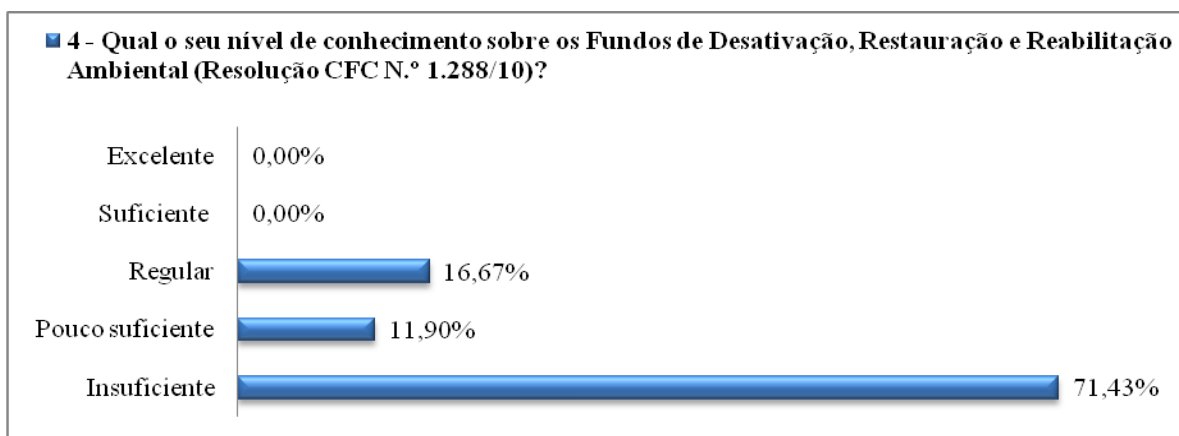


Figura 7: Nível de conhecimento da Resolução CFC número 1.288/10
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Embora a Resolução possa ser considerada recente, pode-se afirmar que nem todos os contadores acompanham todas as atualizações da legislação pertinente à Contabilidade Ambiental, visto que 71,43% responderam possuir conhecimento insuficiente, enquanto que

11,90% declararam ter conhecimento pouco suficiente e 16,67% conhecimento regular. E nenhum contador apontou possuir conhecimento suficiente ou excelente sobre o tema.

A quinta questão trata da mensuração dos gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente, já que o impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais, conforme a Figura 8:

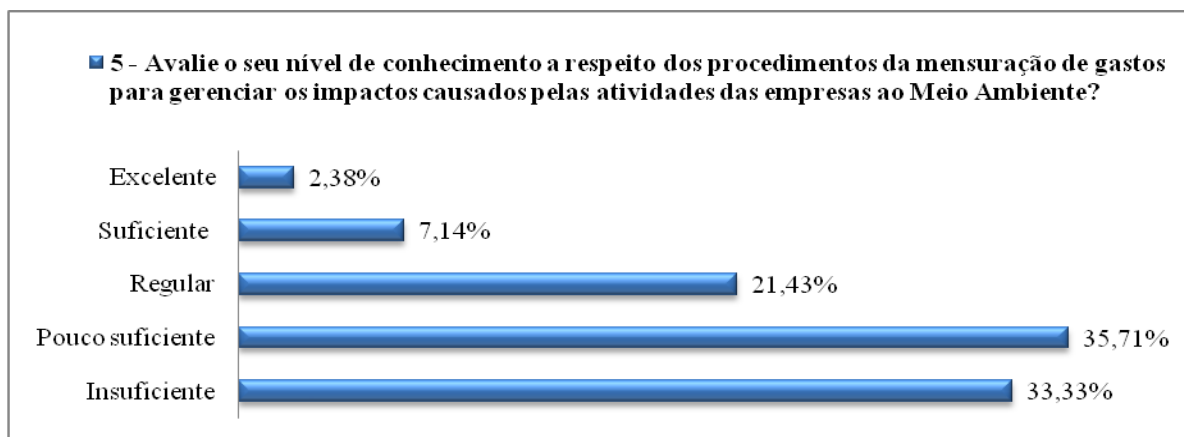


Figura 8: Conhecimento da mensuração dos gastos para gerenciar os impactos ambientais
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Também nesta questão fica evidente o pouco conhecimento do contador, já que 33,33% responderam que seu conhecimento é insuficiente e 35,71% responderam que o conhecimento é pouco suficiente, o que representa 69,06% de contadores que não possuem o conhecimento necessário para as informações acerca dos impactos causados pela empresa ao meio ambiente. Verificou-se que 21,43% responderam que tem o conhecimento regular, 7,14 responderam que tem conhecimento suficiente e 2,38% responderam que têm o conhecimento excelente.

Na sexta e sétima perguntas, onde se indagava sobre a mensuração de Ativos e Passivos Ambientais, onde todo e qualquer levantamento de informações administrativas e gerenciais deve ter como alicerce a contabilidade. Inclui-se o registro de ativos e passivos ambientais.

Verificou-se, portanto, que poucos contadores possuem conhecimento suficiente sobre o registro de Ativos e Passivos Ambientais. Uma quantidade significativa, 41,67% e 35,71% dos contadores possui conhecimento insuficiente e pouco suficiente sobre as mensurações de Ativos e Passivos Ambientais, respectivamente. Obteve-se resposta similar em ambas, conforme ilustrado na Figura 9:

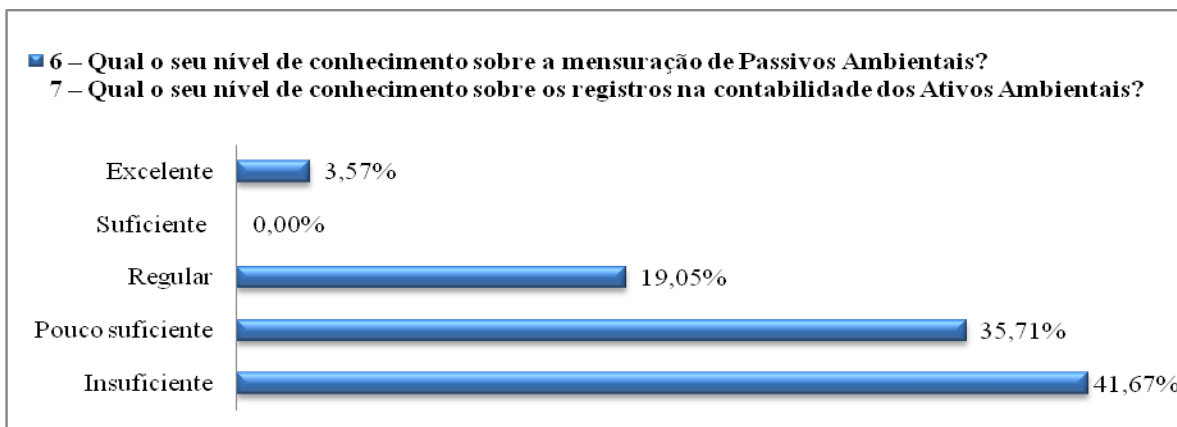


Figura 9: Conhecimento da mensuração de Passivos e Ativos Ambientais
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Sobre a percepção de conhecimento dos contadores sobre este tema, verificou-se que poucos contadores possuem conhecimento suficiente sobre o registro de Ativos e Passivos Ambientais.

Na oitava pergunta, questionou-se sobre a destinação e reciclagem de resíduos. Observou-se que os contadores demonstram estarem atentos a estas questões, já que seu conhecimento foi tido como regular, suficiente ou excelente. Verificou-se que embora haja 21,43% que não possuem conhecimento sobre o tema, o nível de conhecimento a respeito dos aspectos tratados nesta questão aumentou, haja vista que a quantidade de contadores que tem o conhecimento suficiente foi de 16,67% e excelente de 2,38%. Conforme demonstrado a seguir na Figura 10:

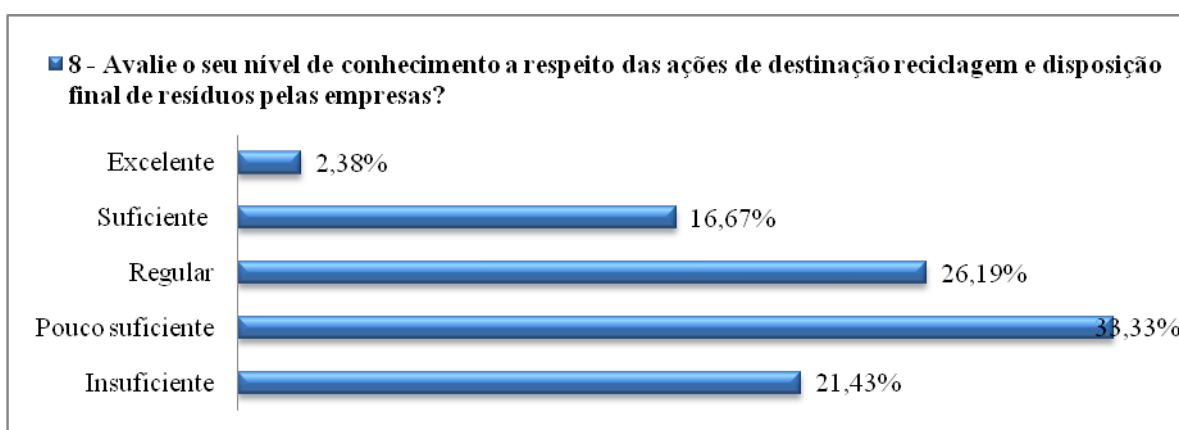


Figura 10: Conhecimento sobre a destinação e reciclagem de resíduos
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Constatou-se que a destinação e reciclagem de resíduos teve um aumento de conhecimento por parte dos contadores entrevistados.

Na nona e décima perguntas, que tratam sobre as questões emergentes na Contabilidade Ambiental, as respostas foram iguais para as duas perguntas, investigou-se sobre o nível de conhecimento acerca dos créditos de carbono e a legislação e funcionalidade do ICMS Ecológico, sendo que, mais uma vez, a carência de informações predominou entre os respondentes. Para ilustrar o cenário, segue a Figura 11:

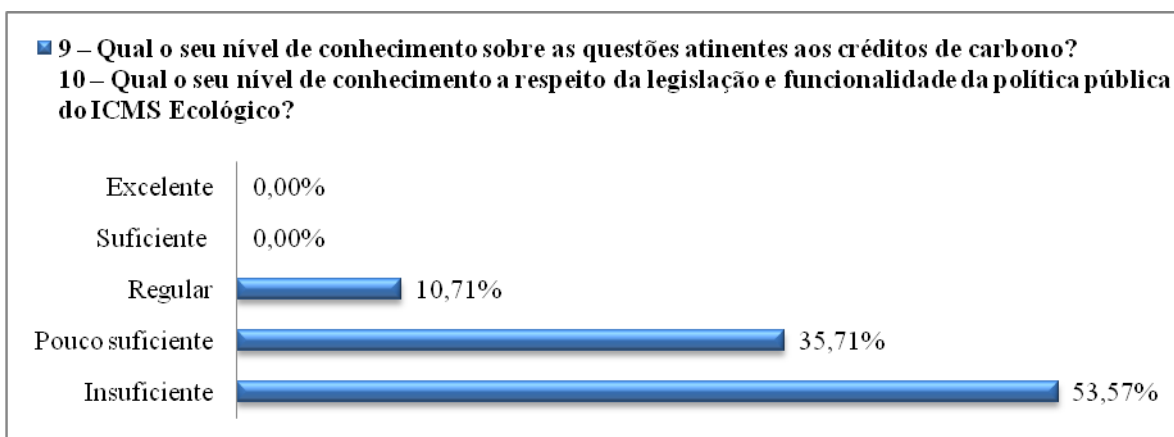


Figura 11: Conhecimento sobre os Créditos de Carbono e as funcionalidades do ICMS Ecológico
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Verificou-se que grande parte dos respondentes possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono e ao ICMS Ecológico.

Na décima primeira pergunta, foi medido o conhecimento dos contadores acerca das vantagens competitivas da empresa por meio da implantação operacional da variável ambiental em sua gestão, utilizando-se do *marketing* ambiental. Novamente o número de respondentes que demonstraram desconhecimento é expressivo, conforme demonstrado na Figura 12:

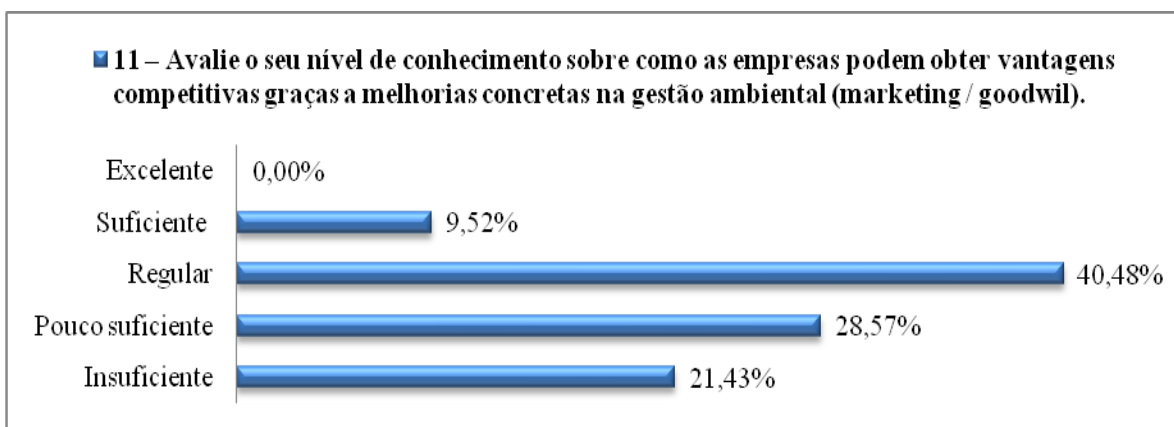


Figura 12: Conhecimento sobre o *Marketing* Ecológico
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Obteve-se um resultado com um pouco mais de conhecimento sobre como obter vantagens competitivas através de melhorias na Gestão Ambiental, como o desenvolvimento do *Marketing Ecológico*, com um número maior de respondentes (40,48%) da opção regular e 9,52% conhecem o suficiente sobre o assunto.

Na décima segunda questão, investigou-se sobre o nível de conhecimento dos contadores sobre a definição e diretrizes da norma ISO 14.000. O nível de conhecimento considerado satisfatório foi menor, representando apenas 4,76% dos respondentes, conforme a Figura 13:

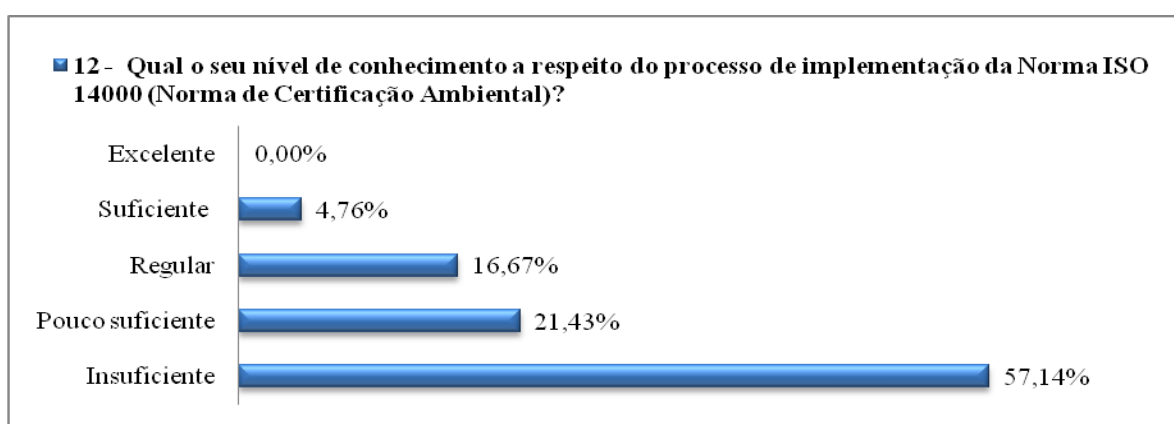


Figura 13: Conhecimento sobre a norma ISO 14000
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Os contadores que possuem conhecimento regular foi de 16,67%. Já 21,43% e 57,14 responderam ter conhecimento pouco suficiente ou insuficiente respectivamente. Ainda que o tema seja de grande importância no âmbito empresarial com perspectivas de atitudes ambientalmente saudáveis, tipo de informação que pode ser utilizada no *marketing* de seus produtos e registrada na contabilidade.

Na décima terceira, e última pergunta, buscou-se verificar a opinião dos contadores sobre a contribuição da Ciência Contábil para a sustentabilidade e Gestão Ambiental. Nesta questão a maioria respondeu que está ciente que a contabilidade tem muito a contribuir, por ser uma ciência que permite registrar os eventos monetários e não monetários. Embora não conheçam bem a Contabilidade Ambiental, reconhecem que este ramo da Contabilidade está em ascensão, e a demanda por profissionais qualificados no mercado é crescente, principalmente diante da atual discussão sobre o desenvolvimento sustentável, conforme respaldo das respostas apresentadas a seguir. Haja vista que é através das ferramentas da contabilidade que o gestor poderá buscar informações econômico-financeiras da empresa.

Neste sentido, foram extraídas, de forma literal, algumas respostas dadas ao referido questionamento, as quais se encontram dispostas no Quadro 4:

Como o(a) senhor(a) avalia a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental?
(Respostas numeradas pela ordem do recebimento da resposta do entrevistado)
11 - "Por se tratar de uma ciência que tem como objeto o patrimônio das entidades em seus aspectos qualitativos e quantitativos, a Ciência Contábil tem papel fundamental no processo de gestão ambiental e sustentável ao dispor de ferramentas capazes de mensurar os ativos e passivos que os impactos ambientais podem trazer às entidades e à sociedade com um todo. Por estar lastreada em princípios estabelecidos, a contabilidade apresenta condições, por sua forma sistemática de registro o controle dos atos e fatos ambientais, uma vez que, atualmente há uma consciência cada vez mais disseminada sobre a crescente escassez de recursos naturais e degradação da natureza."
14 - "Economia sustentável e gestão ambiental estão intrinsecamente ligadas. Tratando-se de fatos de economia e gestão, fatalmente há que se valer da contabilidade como ciência para o seu registro, pois nada se realiza sem investimento, passando pela mensuração de custos, para se atingir resultados. Outro ponto importante nesta evolução é a questão dos benefícios fiscais e sociais, com legislação própria, sinalização com redução de carga tributária e reconhecimento/aceitação de produtos ecologicamente corretos. Todas estas questões, inevitavelmente, passam pela contabilidade e vão exigir cada vez mais de seus profissionais demonstrações de conhecimento, pois contabilidade não é só registro, mas sim, informação."
32 - "A Ciência Contábil pode contribuir e muito para gestão ambiental nas empresas. Os órgãos de defesa do meio ambiente com o apoio do Governo Federal deveriam investir em meios de capacitação e divulgação de programas junto as empresas, seus dirigentes e contadores para mostrar a importância de ter na empresa um programa voltado a contribuir com a preservação do meio ambiente. O que se vê na prática hoje é que somente as grandes organizações tem estrutura e capacitação para desenvolver tais projetos. Trabalho com micro e pequenas empresas e junto a elas o Governo não direciona nenhuma política de relacionamento para mostrar o benefício da implementação de ferramentas de gestão ambiental."

Quadro 4: Avaliação da contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental.

Fonte: Própria, elaborada com os dados da pesquisa (2010).

Ainda que os contadores estejam cientes que a Contabilidade Ambiental é importante e pode contribuir para a Gestão Ambiental das empresas, a maioria não possui o conhecimento satisfatório sobre o tema. Entretanto, como pode ser notado nas palavras do entrevistado número dezoito, “após o responder a este questionário, nos faz pensar cada vez mais na importância em buscarmos mais informações sobre a contabilidade ambiental(...)”.

Embora haja interesse, o conhecimento possuído é insuficiente conforme se verifica na resposta dos entrevistado vinte e quatro, “vejo que é algo que começa a tomar forma e relevância, devido aos problemas que o mundo enfrenta com o meio ambiente. Entendo que a Ciência Contábil pode contribuir muito para a sustentabilidade, uma vez que o contador ao ter conhecimentos múltiplos, pode sim, ajudar nas tomadas de decisão, de gerenciamento, de logística, de custos, etc.” Outras respostas ao tema aferem que a Contabilidade Ambiental contribui para a conscientização em torno de ações responsáveis pelos gestores perante o

meio ambiente, além de agregar valor às entidades e à própria contabilidade. Como responde o entrevistado sete, "Tendo a contabilidade como instrumento de tomada de decisão, temos uma grande vantagem para aprimorar esse processo que visam o gerenciamento relacionado ao meio que a empresa está instalada. Dando suporte, inclusive, para os usuários externos avaliarem o desempenho econômico, social e financeiro em relação ao meio ambiente." E também o entrevistado quarenta e um aponta a relevância da Contabilidade Ambiental, "A importância da Ciência contábil para a sustentabilidade da gestão ambiental está diretamente ligada e focada na gestão ambiental no sentido de evidenciar a aplicação dos recursos que determinado cliente disponibilizou de forma direta ou indireta ao meio ambiente e também no auxílio direto quanto aos incentivos fiscais que a empresa pode se beneficiar". Desta forma, salienta-se que a pesquisa alcançou o objetivo de fomentar o interesse nos contadores em adquirir mais informações a respeito do tema.

Por fim, fez-se o cálculo de todas as respostas para verificar o nível de conhecimento dos contadores sobre o tema apresentado na segunda parte do questionário, nas perguntas acerca da Contabilidade Ambiental, bem como, sobre alguns aspectos da Gestão Ambiental. Com a finalidade de averiguar o preparo dos contadores para contribuir com os gestores, com informações e relatórios para a tomada de decisão. Para ilustrar o cenário, segue a Figura 14:

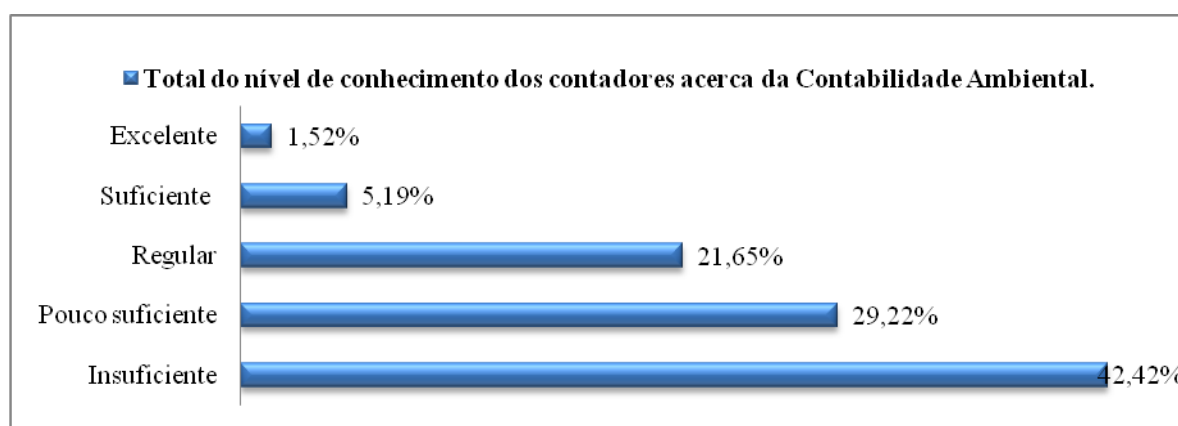


Figura 14: Total do nível de conhecimento dos contadores acerca da Contabilidade Ambiental.
Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Quando analisado o quantitativo total de conhecimento dos contadores entre todas as perguntas feitas, verificou-se que 21,65% responderam conhecer regularmente o tema e apenas 6,71% responderam que possuem conhecimento suficiente e excelente sobre a Contabilidade Ambiental. As respostas apontaram que a maioria, sendo 42,42% e 29,22%, optaram entre as alternativas insuficiente e pouco suficiente respectivamente. Desta forma,

verificou-se que 71,64% possuem conhecimento insatisfatório sobre a Contabilidade Ambiental, para poder prestar as informações e sugerir a contabilidade Ambiental nas empresas, para as quais prestam serviço. Cabe salientar, que embora a maioria dos contadores não possua conhecimento satisfatório sobre o tema em questão, grande parte demonstrou estarem cientes que a Ciência Contábil pode contribuir para a gestão ambiental no sentido de incrementar soluções para facilitar o planejamento estratégico em termos da implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável e evidenciar a aplicação dos recursos aplicados de forma direta ou indireta ao meio ambiente e também no auxílio direto quanto aos incentivos que a empresa pode se beneficiar.

3.3 Estudo específico sobre os entrevistados que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental

Verificou-se que dos quarenta e dois contadores entrevistados, apenas dois cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental. Sendo que os dois cursaram a graduação em contabilidade em instituição pública na Grande Florianópolis. Desta maneira, buscou-se verificar as instituições que oferecem alguma destas disciplinas na Grande Florianópolis. Qual a disciplina oferecida que aborda o tema Contabilidade ou Gestão Ambiental, o conteúdo e a carga horária da disciplina.

3.3.1 Instituições públicas que oferecem a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental

Quanto às instituições que oferecem a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental na Grande Florianópolis, analisou-se apenas as instituições públicas, tendo como resultado a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina que oferece a disciplina como optativa sob a denominação de “Contabilidade e Responsabilidade Social”. Por ser optativa nem todos os graduandos cursam esta disciplina.

3.3.2 Disciplina oferecida em Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental

Verificou-se que a disciplina que trata das questões socioambientais, oferecida na UFSC tem a denominação de “Contabilidade e Responsabilidade Social - CCN5247”. Na referida disciplina estuda-se os conceitos de contabilidade ambiental, de responsabilidade social, de gestão estratégica, de gestão social e ambiental. Oferece ainda, o aprendizado sobre a medição de desempenho ambiental, o *benchmarking* ambiental nas empresas, o gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Assim como, as fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. Um novo método com integração da contabilidade e controladoria. O *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental.

3.3.3 Conteúdo programático e carga horária

Buscou-se averiguar o conteúdo e carga horária da disciplina “Contabilidade e Responsabilidade Social - CCN5247” na UFSC Universidade Federal de Santa Catarina e obteve-se o seguinte conteúdo programático:

- A contabilidade ambiental. Conceitos. A educação ambiental nas instituições. Ativos e passivos ambientais. Receitas e despesas ambientais. A valorização do marketing ecológico.
- A responsabilidade social. A gestão estratégica, a gestão social e ambiental. Conceitos e formas de gestão. A gestão social. Funções do mecanismo de gestão social. Vetores de responsabilidade social. A gestão ambiental. Evolução histórica da educação ambiental no mundo. Evolução histórica da educação ambiental no Brasil. Processo de gestão ambiental.
- A medição de desempenho ambiental. Principais razões em sistema de medição de desempenho. Visão geral da atividade ambiental. Incentivo da prática de política ambiental
- O *benchmarking* ambiental nas empresas. Fatores que impulsionam a certificação. Fases do *benchmarking*. O ciclo de um produto na análise do *benchmarking* ambiental.
- O gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Conceitos de aspectos e impactos ambientais. Breve histórico do GAIA. Integração dos grupos de trabalho.
- As fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. Sensibilização. Sustentabilidade do negócio. Estratégia ambiental. Comprometimento e sensibilização das partes interessadas. Conscientização. A cadeia de produção e consumo. O

macro processo de produção e a identificação de entradas e saídas. Inventário de aspectos e impactos ambientais. Capacitação e qualificação. Planejamento com identificação. Oportunidades de melhoria. Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

- Um novo método com integração da contabilidade e controladoria. Proposta de modelo de gestão. Análise de Planilha de benefícios e gastos ambientais. Plano resumido da gestão contábil-ambiental. O *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental. Critérios para um manual de vantagens competitivas.

A disciplina é oferecida na instituição com optativa e tem a carga horária de 72 horas aula.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Cada vez mais se tornam nítidas a escassez e a má utilização dos recursos naturais. Por isso a importância do fomento de métodos de gestão que restaurem, potencializem o uso e/ou preservem os recursos disponíveis para as gerações futuras. O objetivo geral deste trabalho é identificar qual o nível de conhecimento dos contadores da Grande Florianópolis acerca da Contabilidade Ambiental, para isso os contadores foram questionados sobre a percepção do conhecimento acerca das particularidades da Contabilidade Ambiental.

Para atender ao objetivo geral foram descritos os objetivos específicos. O primeiro: “identificar os principais elementos da Contabilidade Ambiental, que permitem sua aplicação prática junto às empresas”. Após análise das informações levantadas pela pesquisa bibliográfica, pôde-se observar que a Contabilidade Ambiental difere de outras áreas da Contabilidade, principalmente com relação às formas pelas quais as demonstrações contábeis são abordadas. Destacam-se as diferentes abordagens de ativo, passivo e gastos ambientais, o Balanço Social como instrumento informacional, entre outros conceitos desenvolvidos, como a integração com os Sistemas de Gestão Ambiental.

Para alcançar o segundo objetivo específico, qual seja: “identificar instrumentos de Gestão Ambiental que possam ser aliados a Contabilidade Ambiental”. A pesquisa trouxe o aporte teórico do certificado ISO 14000. Os relatórios EIA e RIMA, bem como, o relatório de sustentabilidade GRI, que é a prática de medir e divulgar através de um relatório os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização. O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. Aborda ainda, o aproveitamento da imagem da empresa através do *marketing* e *benchmarking* ambiental. Entretanto, parte das entidades ainda não possuem nenhuma forma de divulgar sua relação com o meio ambiente. Isto se deve em muito a falta de profissionais qualificados para estabelecer esta ligação, sendo que tal necessidade poderá ser suprida por um contador.

O terceiro e último objetivo específico: “verificar as instituições que oferecem as instituições que oferecem a disciplinas, bem como conteúdos sobre Contabilidade e Gestão Ambiental”, verifica-se que é oferecida a disciplina optativa denominada “Contabilidade e

Responsabilidade Social” apenas na UFSC Universidade Federal de Santa Catarina e são descritos o conteúdo programático e carga horária.

Os elementos, conceitos e instrumentos da Contabilidade Ambiental e Gestão Ambiental, trazidos pelo aporte teórico foram utilizados como base para a construção do instrumento de coleta de dados da pesquisa, que teve como intuito o atendimento à pergunta apresentada, qual seja: qual o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental? Que ao final deste estudo, foi respondida satisfatoriamente.

Foi constatado que 71,64% dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis pesquisados, ainda não têm um conhecimento satisfatório das informações que se deve ter sobre o tema. Verificou-se que 21,65% responderam conhecer regularmente o tema e apenas 6,71% responderam que possuem conhecimento suficiente e excelente sobre a Contabilidade Ambiental. Ao serem abordados sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental, como Ativos, Passivos e Gastos Ambientais, a maior parte da amostra respondeu que seu conhecimento é insuficiente ou pouco suficiente. Sobre a elaboração e publicação do Balanço Social, que abrange, também, as informações de cunho ambiental, o resultado se repetiu com a maioria das respostas para insuficiente e pouco suficiente. O mesmo repetiu-se quando questionados sobre Sistemas de Gestão Ambiental, investimentos na área ambiental e aproveitamento através do *marketing* ecológico. Quando perguntados sobre as questões emergentes da Contabilidade Ambiental, o percentual de contadores que não possuem conhecimento regular ou suficiente é ainda maior.

Sendo assim, pode-se concluir que os contadores da Grande Florianópolis não possuem um nível de conhecimento satisfatório sobre a Contabilidade Ambiental. Um dos agravantes deste cenário é a falta de informações, de leituras especializadas e a participação em eventos na área ambiental.

Todavia, a maioria dos profissionais contábeis pesquisados concorda e está ciente que a implantação de sistemas de gestão ambiental e o adequado registro contábil, podem contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados, demonstrando a importância da participação da contabilidade ambiental na gestão das organizações.

Diante destes resultados é necessário que se faça uma reflexão acerca da divulgação da Contabilidade Ambiental aos profissionais contábeis, seja através de artigos ou eventos que tenham este alcance. Os contadores precisam estar preparados para exercer a profissão e a Contabilidade Ambiental encontra-se em ascensão. Logo, há uma demanda crescente por profissionais qualificados no mercado, principalmente diante atual discussão sobre

desenvolvimento sustentável. Corroborando este fato, Sá (2001) menciona que o contador precisa estar presente neste cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta e prosperidade das sociedades. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisão.

Conforme descreve Sá (2010), o gestor precisa estar informado e orientado sobre seus negócios, em face do que ocorre com seus investimentos, para isso, precisa do profissional de contabilidade. Onde o natural, como ético, é que a profissão esteja a serviço do social.

Por fim, cabe salientar que se inclua os profissionais de Contabilidade nesse processo de sustentabilidade para que atendam à demanda por informações ambientais. Para que isto seja possível, a informação e o conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental são condições básicas para o que o contador possa estar preparado para esta tarefa.

Para futuros estudos do tema abordado, sugere-se, ampliar-se o número de respondentes da pesquisa e utilizar-se da metodologia deste em outras regiões do país, para que se possam detectar as possíveis diferenças regionais no grau de conhecimento dos profissionais de contabilidade. Outro possível estudo é realizar uma análise dos relatórios contábeis publicados para verificar o que está sendo registrado da contabilidade Ambiental. Sugere-se ainda, uma verificação junto aos gestores das empresas de como eles avaliam a contribuição da contabilidade para a Gestão Ambiental.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. C. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade.** In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16. 2000, Goiânia. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade.* Goiânia, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Sistema de Gestão Ambiental:** especificação e diretrizes para uso. NBR ISO 14001. Rio de Janeiro, 2004.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial:** Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva 2006.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil.** Curitiba, PR. IBPEX, São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo; Altas, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. **Código Tributário Nacional.** 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986.** Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 22 set. de 2010.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **RESOLUÇÃO CFC nº 1.003/04,** Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx> > . Acesso em: 10 set. 2010.

_____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10,** Aprova a IT 14 – Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental. 2010. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx> > . Acesso em: 10 set. 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

FAZOLI, Gressieli Valessa Fernandes. **Modelo de avaliação da geração, do manejo e da destinação dos resíduos sólidos de Laboratórios de Análises Clínicas.** 2005. 176 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis, 2005.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GODOY, Marina; PFITSCHER, Elisete Dahmer; GASPARETTO, Valdirene; LIMONGI, Bernadete. **Balanco Social: convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e INSTITUTO ETHOS**. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2007, Florianópolis. v. I. p. 25-29, 2007.

HARRINGTON, H. James.; KNIGHT, Alan. **A Implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo. Disponível em: <
http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

_____. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo. Disponível em: <
http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

LAVORATO, Marilena Lino de Almeida. **Benchmarking ambiental brasileiro**. 2007. Disponível em: <http://www.maisprojetos.com.br/pdf/benchmarking_ambiental.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2008.

LOUREIRO, Wilson. **ICMS Ecológico por Biodiversidade**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>>. Acesso em 12 out. 2010.

MACIEL, Maria Carolina. *et al.* Um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Vol. 6, Nov. 2009.

MELO, Lúcia Carvalho Pinto de; SILVA, Cylon Gonçalves da. **Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira** -Livro Verde, Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Academia Brasileira de Ciências, 2001.

OTT, Ernani; DALMAGRO, Caroline. Gestão e contabilidade ambiental em empresas do Rio Grande do Sul, São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 9.2002, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ABC, 2002. CD ROM.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação**. São Paulo: Atlas, 2009.

PFISTCHER, Elisete Dahmer. *et al.* **Avaliação do Gerenciamento dos Aspectos e Impactos Ambientais de um Hospital**. In: XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. ANPAD, Gramado, 2006.

PFISTCHER, Elisete Dahmer. **A responsabilidade social e ambiental nas organizações**. Disponível em: <<http://www.nemac.ufsc.br/disciplinas.html#ccn5247>> Acesso em: 30 jun. 2011.

PROTOCOLO DE QUIOTO. 2005. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/28739.html>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

RAGASSI, Gláucia Frutuoso; SCARPINELLI, Marcelo. **Marketing verde**: ferramenta de gestão ambiental nas empresas. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/contabeis02/pages/artigos/cc-edic02-anoi-art04.pdf>> Acesso em: 01/07/2011.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Ribeirão Preto, 2005. 90 p. Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, *campus* de Ribeirão Preto/USP – Departamento de Contabilidade.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROCHA, Marcelo Theoto, Aquecimento global e o mercado de carbono: uma aplicação do modelo Cert. Piracicaba, 2003. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ da Universidade de São Paulo.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perfil do contador moderno**. Jornal do CRC - MG, Belo Horizonte - MG Set/ 2000.

_____. A função social do contabilista. **Revista Mineira de Contabilidade**. Belo Horizonte, MG: n. 3, p. 24-27, abr/mai/jun.2001.

_____. **Ética Profissional**. 9. Ed.- 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**: Estratégias de Negócios Focadas para a Realidade Brasileira. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. - 2. Ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A Contabilidade como Instrumento de Gestão Ambiental**. 2005. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20CONTABILIDADE%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf>. Acesso em: 04/11/2010.

UHLMANN, Vivian Osmari; ROSSATO, Marivane Vestena; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS Ecológico nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. Enfoque; **Reflexão Contábil**. V. 29, n. 2; maio/agosto 2010.

UHLMANN, Vivian Osmari. **Tratamento contábil da geração de créditos de carbono:** uma abordagem prática. 2008. Monografia (Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, 15 de julho de 2008.

APÊNDICE

APÊNCICE A - PESQUISA SOBRE O CONHECIMENTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL, COM OS CONTADORES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Perfil dos respondentes:

1 - Há quanto tempo concluiu a sua graduação?

.....

2 - Formou-se em instituição de ensino:

() Particular

() Pública

3 - Coursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental:

() Sim

() Não

4 - Já participou de eventos, como palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental.

() Sim

() Não

5 - Já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, etc. na área de contabilidade ambiental

() Sim

() Não

AVALIE O GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE OS TEMAS APRESENTADOS NOS QUESTIONAMENTOS A SEGUIR, SELECIONANDO A MELHOR ALTERNATIVA, SEGUNDO OS CONHECIMENTOS QUE O(A) SENHOR(A) POSSUI:

1 - Quais das ferramentas de gestão ambiental o(a) senhor(a) conhece? **Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma.**

() SGA – Sistema de Gestão Ambiental

() EA – Estudos Ambientais

() ACV – Avaliação do Ciclo de Vida

- ☐ EIA – Estudos dos Impactos Ambientais
- ☐ RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
- ☐ RA – Rotulagem Ambiental
- ☐ GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais
- ☐ EAE – Educação Ambiental Empresarial

2 - Avalie o seu nível de conhecimento acerca das ferramentas como EIAs (Estudos de Impactos Ambientais), bem como, sobre os RIMAS (Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente), solicitadas às empresas cujas atividades caracterizam-se como potencialmente poluidoras.

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

3 – Qual o seu nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

4 - Qual o seu nível de conhecimento sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental (Resolução CFC N.º 1.288/10)?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

5 - O impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito dos

procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

6 – Qual o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de Passivos Ambientais?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

7 – Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos Ativos Ambientais?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

8 - Avalie o seu nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

9 – Qual o seu nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente

- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

10 – Qual o seu nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS Ecológico?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

11 – Avalie o seu nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / goodwill).

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

12 - Qual o seu nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da Norma ISO 14000 (Norma de Certificação Ambiental)?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Regular
- ☐ Suficiente
- ☐ Excelente

13 – Como o(a) senhor(a) avalia a contribuição da Ciência Contábil para a sustentabilidade e gestão ambiental?

.....

ANEXO

ANEXO A - RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10

Aprova a IT 14 – Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a IT 14 – Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental que tem por base a Interpretação ICPC 13 (IFRIC 5 do IASB).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010.

Brasília, 23 de julho de 2010.

Contador **Juarez Domingues Carneiro**
Presidente

Ata CFC n.º 939

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
IT 14 – DIREITOS A PARTICIPAÇÕES DECORRENTES DE FUNDOS DE
DESATIVÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO AMBIENTAL

Índice	Item
REFERÊNCIAS	
CONTEXTO	1 – 3
ALCANCE	4 – 5
QUESTÕES	6
CONSENSO	7 – 13
Contabilização de participação em fundo	7 – 9
Contabilização de obrigação de fazer contribuições adicionais	10
Divulgação	11 – 13
VIGÊNCIA	14

Referências

- NBC T 19.11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- NBC T 19.36 – Demonstrações Consolidadas
- NBC T 19.35 – Demonstrações Separadas
- Interpretação anexa à NBC T 19.36 – Demonstrações Consolidadas – Entidade de Propósito Específico
- NBC T 19.37 – Investimento em Coligada e em Controlada
- NBC T 19.38 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*)
- NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- NBC T 19.32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Contexto

1. A finalidade dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental, doravante referidos como “fundos de desativação” ou “fundos”, é segregar ativos para custear alguns ou todos os custos de desativação de fábricas (como usina nuclear) ou determinados equipamentos (como veículos) ou de reabilitação ambiental (como despoluição de águas ou restauração de terreno contaminado), referidos conjuntamente como “desativação”.
2. As contribuições a esses fundos podem ser voluntárias ou exigidas por regulamento ou lei. Os fundos podem ter uma das seguintes estruturas:
 - (a) fundos que são estabelecidos por um único contribuinte para custear suas próprias obrigações por desativação, seja para um local específico ou para uma série de locais geograficamente dispersos;

- (b) fundos que são estabelecidos com múltiplos contribuintes para custear suas obrigações individuais ou conjuntas por desativação, quando os contribuintes tiverem o direito de reembolso por despesas de desativação na extensão de suas contribuições acrescidas de quaisquer ganhos reais sobre essas contribuições, menos suas parcelas nas despesas de administração do fundo. Os contribuintes podem ter obrigação de fazer contribuições adicionais, como, por exemplo, no caso da falência de outro contribuinte;
 - (c) fundos que são estabelecidos com múltiplos contribuintes, para custear suas obrigações individuais ou conjuntas por desativação, quando o nível exigido de contribuições estiver baseado na atividade atual de um contribuinte e o benefício obtido por esse contribuinte estiver baseado em sua atividade passada. Nesses casos, há um descasamento potencial no valor das contribuições feitas por um contribuinte (com base na atividade atual) e o valor realizável proveniente do fundo (baseado na atividade passada).
3. Esses fundos geralmente têm as seguintes características:
- (a) o fundo é administrado, separadamente, por depositários independentes;
 - (b) as entidades (contribuintes) fazem contribuições ao fundo, que são investidas em uma série de ativos que podem incluir tanto instrumentos de dívida quanto patrimoniais, e estão disponíveis para ajudar a pagar os gastos de desativação dos contribuintes. Os depositários determinam como as contribuições são investidas, dentro das limitações definidas pelos documentos constitutivos do fundo e qualquer legislação aplicável ou outros regulamentos;
 - (c) os contribuintes mantêm a obrigação de pagar os gastos de desativação. Entretanto, os contribuintes são capazes de obter reembolso dos gastos de desativação do fundo até o valor que for menor no confronto entre os gastos de desativação incorridos e a parcela do contribuinte nos ativos do fundo;
 - (d) os contribuintes podem ter acesso restrito ou nenhum acesso a qualquer excedente de ativos do fundo sobre aqueles usados para cumprir os gastos de desativação elegíveis.

Alcance

4. Esta Interpretação deve ser aplicada à contabilização nas demonstrações contábeis de contribuinte por participações decorrentes de fundos de desativação que possuem ambas as características abaixo:
- (a) os ativos são administrados separadamente (por serem mantidos em entidade legal separada ou como ativos segregados dentro de outra entidade); e
 - (b) o direito do contribuinte de acessar os ativos é restrito.
5. A participação residual no fundo que se estenda além do direito de reembolso, tal

como o direito contratual às distribuições quando toda a desativação tiver sido concluída ou na liquidação do fundo, pode ser um instrumento patrimonial dentro do alcance da NBC T 19.32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e, nesse caso, não está dentro do alcance desta Interpretação.

Questões

6. As questões tratadas nesta Interpretação são:
- (a) como a entidade (contribuinte) deve contabilizar a sua participação no fundo?
 - (b) quando a entidade (contribuinte) tiver obrigação de fazer contribuições adicionais, como, por exemplo, no caso de falência de outro contribuinte, como essa obrigação deve ser contabilizada?

Consenso

Contabilização de participação em fundo

7. O contribuinte deve reconhecer sua obrigação de pagar gastos de desativação como passivo e deve reconhecer sua participação no fundo separadamente, exceto se o contribuinte não for responsável por pagar os gastos de desativação mesmo se o fundo deixar de pagar.
8. O contribuinte deve determinar se possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre o fundo por referência à NBC T 19.37 – Investimento em Coligada e em Controlada, à NBC T 19.38 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), à NBC T 19.36 – Demonstrações Consolidadas, à NBC T 19.35 – Demonstrações Separadas e à Interpretação anexa à NBC T 19.36. Em caso positivo, o contribuinte deve contabilizar sua participação no fundo de acordo com essas Normas e Interpretação.
9. Se o contribuinte não tiver o controle, controle conjunto ou influência significativa sobre o fundo, deve reconhecer o direito de receber reembolso proveniente do fundo como reembolso, de acordo com a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esse reembolso deve ser mensurado pelo menor entre:
- (a) o valor da obrigação por desativação reconhecida; e
 - (b) a parcela do contribuinte no valor justo dos ativos líquidos do fundo atribuíveis aos contribuintes.

As mudanças no valor contábil do direito de receber reembolso, exceto as contribuições ao fundo, e pagamentos do fundo, devem ser reconhecidas no resultado no período em que essas mudanças ocorrerem.

Contabilização de obrigação de fazer contribuições adicionais

10. Quando o contribuinte tem obrigação de fazer contribuições adicionais potenciais, como, por exemplo, no caso da falência de outro contribuinte ou se o valor dos ativos

de investimento mantidos pelo fundo diminuir a um nível que seja insuficiente para cumprir as obrigações de reembolso do fundo, essa obrigação é considerada passivo contingente, que está dentro do alcance da NBC T 19.7. A entidade (contribuinte) deve reconhecer um passivo somente se for provável que as contribuições adicionais serão feitas.

Divulgação

11. A entidade (contribuinte) deve divulgar a natureza de sua participação no fundo e quaisquer restrições sobre o acesso aos ativos no fundo.
12. Quando a entidade (contribuinte) tiver obrigação de fazer contribuições adicionais potenciais que não sejam reconhecidas como passivo (ver item 10), deve fazer as divulgações requeridas pelo item 86 da NBC T 19.7.
13. Quando a entidade (contribuinte) contabilizar sua participação no fundo de acordo com o item 9, ela deve fazer as divulgações requeridas pelo item 85(c) da NBC T 19.7.

Vigência

14. Esta Interpretação é aplicável juntamente com a adoção inicial da NBC T 19.32 e da NBC T 19.7.